

# Esporte, Olimpismo e Meio Ambiente:

.....  
VISÕES INTERNACIONAIS

Otávio Tavares  
Lamartine DaCosta  
Renato Miranda

EDITORES

Rio de Janeiro, 2002

## Ficha Catalográfica

E 77      Esporte, olimpismo e meio ambiente: visões internacionais/ editores Otávio Tavares, Lamartine DaCosta, Renato Miranda.  
Rio de Janeiro: Gama Filho, 2002

128 p.  
ISBN 85-7444-035-3  
Vários colaboradores.

1. Esporte. 2. Olimpíadas. 3. Meio ambiente.  
I. Tavares, Otávio. II. DaCosta, Lamartine.  
III. Miranda, Renato.

CDU 796.03



Reitor **Sergio de Moraes Dias**

Vice-Reitor Acadêmico **Carlos Antonio Lopes Pereira**

Vice-Reitor Administrativo **Edmundo Vieites Novaes**

Vice-Reitor de Desenvolvimento **Sergio Norbert**

Pró-Reitor de Assuntos Internacionais **Manuel Soares Pinto Barbosa**



Editor **Dante Gastaldoni**

Capa e projeto gráfico **Évlen Joice Lauer Bispo**

Supervisão dos textos **Lamartine DaCosta**

# S U M Á R I O

<b>Introdução</b> .....	05
-------------------------	----

## Parte I

### **Fundamentos para a Compreensão da Questão Ambiental**

**HAROLDO M. DE LEMOS**

Fundamentos do Desenvolvimento Sustentável .....	11
--	----

**TOR E BREVIK**

The Roles of Governments and UNEP in Environmental Issues .....	31
--	----

## Parte II

### **Esporte, Olimpismo e Meio Ambiente**

**PÁL SCHMITT**

O Movimento Olímpico e o Meio Ambiente .....	41
--	----

**WILLI K. LUJAN**

Vinculacion entre Organizaciones Gubernamentales y No Gubernamentales en Relacion a Deporte Y Medio Ambiente; Lineamientos para Comites Olímpicos Nacionales y sus Gobiernos .....	55
---	----

**LARS GRAEL E AXEL GRAEL**

Os Atletas e as Questões do Meio Ambiente .....	61
---	----

**DAVID CHERNUSHENKO**

Environmental Education for Sport .....	69
---	----

**LAMARTINE DACOSTA**

Olympism and Environment: an Overview .....	77
---	----

### Parte III

## **Esporte e Meio Ambiente: Realizando os Preceitos na Prática**

**SIMON BALDERSTONE**

Event Organization and Facilities Planning in  
Relation to the Environment: Some Important Principle  
and Key Issues ..... 97

**OLAV MYRHOLT**

Olympic Games: A Showcase of Environment Policy ..... 107

**OSVALDO LUIZ MAGALHÃES DOS SANTOS**

Jogos Mundiais da Natureza - da Costa Oeste do Paraná  
para o Mundo ..... 119

# I N T R O D U Ç Ã O

O esporte, nas suas diversas manifestações, amplia sua atuação na direção da dimensão ambiental configurando-se um elemento primordial na conscientização para um mundo ecologicamente desejável e conseqüentemente melhor no século XXI. Este mundo que pressupõe países que, entre outras coisas, preservam suas matas, montanhas, rios e mares, e organizam seu desenvolvimento de modo sustentável, cuidando do bom gerenciamento de seus recursos naturais e promovendo a reciclagem de bens utilizáveis, é também o mundo da preparação das futuras gerações para a proteção do meio ambiente através da educação. Como um dos fatos sociais mais importantes do século XX, e provavelmente do século XXI, o esporte não poderia deixar de ser um dos elementos fundamentais para a promoção desta nova consciência ecológica e também para a construção de uma humanidade ecologicamente mais equilibrada.

Isto significa que o resultado do processo de conscientização ambiental necessita ser maior do que simplesmente o foco tradicional na preservação. O esporte deve colocar-se no sentido de desenvolver um conceito mais moderno, mais amplo e mais fundamental, que é o da sustentabilidade. Apesar dos mil e um encantos e da miríade de definições, a sustentabilidade vai muito mais longe do que se pretende ao qualificá-la simplesmente como um atributo de um tipo de desenvolvimento. É um projeto de sociedade alicerçado na consciência crítica de que existe um propósito estratégico como processo de construção de futuro.

Além de fundador, a sustentabilidade é um conceito que integra e unifica. Produz desta forma um impacto devastador so-

bre a noção tradicional de progresso infinito e linear, bem como apaga a cosmovisão dualista que separa natureza e cultura. É pois correto afirmar que a sustentabilidade propõe a celebração da unidade homem-natureza na origem e no destino comum. E ao propor esta celebração e diálogo aponta para uma nova filosofia da humanidade como parte da natureza e em diálogo com suas regras, que deve substituir a visão corrente que apresenta o homem afastado do meio natural e como seu senhor e dominador.

Empenhado em realizar o compromisso de colocar o esporte a serviço da humanidade, o Comitê Olímpico Internacional (COI) vive uma nova fase na qual incorporou o meio ambiente e a sustentabilidade, ao lado do esporte e da cultura, como um dos referenciais de sua atuação. Com a preocupação de otimizar uma estratégia de vinculação entre esporte e meio ambiente, uma vez que entende que a gestão ambiental é conceitualmente participativa, isto é, requer uma política de alianças e de parcerias, o COI, como entidade *mater* do Movimento Olímpico, tem procurado, no limite de sua competência, construir 'pontes' e dar apoio a todas as entidades e iniciativas que pretendam colocar o esporte como um vetor da educação ambiental e as competições esportivas como exemplos de manejo ambiental responsável.

A característica deste livro é apresentar e discutir as relações entre esporte e meio ambiente tendo como pólo integrador o Olimpismo. Como um fenômeno crescentemente transcultural, o esporte moderno e sua expressão mais importante, o Movimento Olímpico, são inerentemente internacionais. Tais características não poderiam deixar de se refletir neste livro e se configuram numa vantagem. Uma vez que os estudos olímpicos permitem abordagens multiculturais sincrônicas e diacrônicas, a questão ecológica, por natureza, sistêmica e global, ganha no âmbito de suas relações com o esporte um espaço privilegiado. Assim, não deve surpreender o fato deste volume apresentar contribuições de autores nacionais e estrangeiros em três idio-

mas diferentes. Na verdade, o livro *Esporte, Olimpismo e Meio Ambiente: Visões Internacionais* é fruto de um seminário internacional sobre esporte e meio ambiente, realizado no Brasil, promovido pelo Comitê Olímpico Brasileiro e que contou a participação de membros da Comissão de esporte e meio Ambiente do Comitê Olímpico Internacional.

Tendo como objetivo final ampliar e tornar pública a discussão deste tópico, estabelecendo os referenciais iniciais para o pensar e o agir no campo das relações necessárias entre esporte e meio ambiente, este livro está estruturado em três partes. Na primeira, são apresentados textos fundamentais para mapear o debate e as decisões de caráter internacional na área do meio ambiente que dão o sentido necessário de toda discussão mais séria sobre as políticas relativas à este tema. A segunda parte reúne contribuições de autores que se dedicam a abordar o binômio esporte x meio ambiente pelo prisma do Movimento Olímpico e do Olimpismo, a partir da perspectiva das instituições, dos programas e dos atletas. Finalmente, a terceira parte deste livros é dedicada a apresentar alguns exemplos de como o esporte pode e deve transformar os preceitos éticos e os elementos técnicos da sustentabilidade em realizações concretas.

Assim, como editores deste livro, esperamos que esta publicação ajude a tornar o mais ampla possível a circulação das idéias, conceitos e informações sobre as relações entre esporte e meio ambiente, assim como das responsabilidades e o papel do Movimento Olímpico Internacional neste campo agora e em um futuro imediato.

Prof. Ms. Otávio Tavares



1



Fundamentos  
para a Compreensão  
da Questão Ambiental



# Fundamentos do Desenvolvimento Sustentável

**Haroldo Mattos de Lemos**

*Presidente do Instituto Brasil PNUMA*

*Vice-Diretor do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente - PNUMA (82-87)*

## **Introdução**

Quando a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano foi realizada, em 1972, os cientistas estavam preocupados com o crescimento populacional, o aumento dos níveis de poluição e com o esgotamento das fontes de recursos naturais (petróleo, cobre, etc.), como demonstram os relatórios do Clube de Roma, *Os limites do Crescimento* (1), de 1971 e *Momento de Decisão* (2), de 1973. Já em 1982, quando foram comemorados os dez anos da Conferência do Estocolmo, numa Sessão Especial do Conselho de Administração do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), em Nairóbi, Quênia, uma nova e importante preocupação entrava em cena: os problemas ambientais globais, que começaram a indicar que o nível das atividades humanas (a economia global), já estava excedendo, em algumas áreas, a capacidade de assimilação da biosfera. Em outras palavras, alguns resíduos das atividades

humanas já ultrapassavam a capacidade natural de auto-depuração da biosfera e estavam se acumulando no ar, nas águas e nos solos (ex.: gás carbônico, clorofluorcarbonos, mercúrio) ou provocando degradação ambiental em velocidade superior à de regeneração natural (ex.: perda de diversidade biológica, provocada pela destruição dos 'habitats' e desertificação). Portanto, à preocupação com esgotamento das fontes de recursos naturais se somava a preocupação com os limites de absorção dos resíduos das atividades humanas, muito mais difícil e mais complicado de se controlar.

Atendendo a uma proposta do Conselho de Administração do PNUMA, a Assembléia Geral das Nações Unidas criou, no final de 1983, a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento e convidou para presidi-la a Sra. Gro H. Brundtland, ex-Primeira Ministra e então Líder do Partido Trabalhista norueguês. Um dos 22 membros da Comissão Mundial foi o Dr. Paulo Nogueira Neto, que na época dirigia a Secretária Especial do Meio Ambiente. A Comissão, com o apoio de vários consultores internacionais e de reuniões e audiências públicas em todos os continentes, analisou os vários aspectos da questão meio ambiente x desenvolvimento, como:

- a) O crescimento populacional: as projeções das Nações Unidas indicam que a população poderá ser estabilizada por volta do ano 2110, com valores entre 14 bilhões de habitantes (projeção máxima), 10,5 bilhões (média) e 8 bilhões (mínima). O grande problema é que mais de 90% do crescimento populacional até se alcançar a estabilização vai ocorrer nos países em desenvolvimento;
- b) A grave crise urbana que atinge os países em desenvolvimento, e que tende a se agravar ainda mais no futuro próximo, em virtude do que foi mencionado acima;
- c) A pobreza, que reduz a capacidade das pessoas para usar os recursos naturais de forma racional, levando-as a exercer

maior pressão sobre o meio ambiente. A Comissão discute o paradoxo da pobreza que faz com que os que menos possuem gastem mais para poder garantir sua sobrevivência, e menciona, como exemplo, a mulher da África Subsaariana que, além de caminhar vários quilômetros por dia para conseguir lenha, cozinha numa panela de barro ao ar livre e consome oito vezes mais energia que a mulher de um país desenvolvido que cozinha num fogão a gás e em panelas de alumínio;

- d) A grande disparidade entre os níveis de consumo de recursos nos países industrializados e nos em desenvolvimento: 25% da população mundial consome 75% da energia primária, 75% dos metais e 60% dos alimentos produzidos no mundo;
- e) A disponibilidade de água para as atividades humanas, que será um dos problemas ambientais mais graves que vamos enfrentar no início do próximo século.

## **O conceito de desenvolvimento sustentável**

O relatório final da Comissão, entregue em 1987 com o título *Nosso Futuro Comum* (3), apresentou o conceito de desenvolvimento sustentável, definido como “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades”. A Comissão afirmava que o conceito de desenvolvimento sustentável não envolvia limites absolutos mas limitações impostas pelo estágio atual da tecnologia e da organização social sobre os recursos ambientais, e pela capacidade da biosfera para absorver os efeitos das atividades humanas. Reconhecia, também, que o seu relatório não oferece um plano detalhado de ação, apenas sinalizando um caminho para que os povos do mundo pudessem ampliar suas formas de cooperação em busca do desenvolvimento sustentável.

O conceito de desenvolvimento sustentável é um conceito fácil de se recordar, pois é puro bom senso, mas é extrema-

mente complexo e controvertido quando se tenta aplicá-lo ao nosso dia-a-dia. Para alcançarmos o desenvolvimento sustentável serão necessárias mudanças fundamentais na nossa forma de pensar e na maneira em que vivemos, produzimos, consumimos, etc. Portanto, o desenvolvimento sustentável, além da questão ambiental, tecnológica e econômica, tem uma dimensão cultural e política que vai exigir a participação democrática de todos na tomada das decisões para as mudanças que serão necessárias. Além disso, é urgente encontrar respostas para algumas perguntas importantes:

- i) Como vamos produzir a quantidade de alimentos necessária para atender ao crescimento da população, se a base de recursos está decrescendo rapidamente (erosão e acidificação dos solos, desertificação, degradação dos recursos hídricos)?
- ii) Como poderemos fornecer a energia necessária para o funcionamento da economia mundial que, por volta de 2050, poderá ser cinco vezes maior do que agora, se 90% da energia gerada hoje contribui para o aquecimento global?

Na realidade para alcançarmos o desenvolvimento sustentável, o indicador mais importante que teremos que levar em conta, procurando sempre minimizar o resultado, é o produto: população x consumo de recursos per capita, que representa o fluxo total de recursos da biosfera para o sub-sistema econômico, que os transforma em bens e serviços e que retorna à biosfera sob a forma de resíduos (4).

Entre os principais pontos de controvérsia com relação ao conceito de desenvolvimento sustentável, citamos:

- a) Até que ponto é justo (ou ético) utilizar recursos que podem comprometer o bem-estar das futuras gerações?
- b) Qual é a capacidade real da biosfera para suportar o impacto e assimilar os resíduos das atividades humanas? Alguns cien-

- tistas afirmam que é maior do que nós imaginamos, mas as evidências disponíveis apontam na outra direção.
- c) As mudanças tecnológicas (biotecnologia, tecnologias industriais mais limpas) poderão garantir a sustentabilidade da biosfera ou serão necessárias mudanças mais fundamentais, como padrões de vida mais baixos nos países industrializados?
  - d) O que precisa ser realmente preservado (ou sustentado)? Alguns economistas definem como “capital social” o conjunto formado pelo meio ambiente, capital físico, organização social e tecnologia. Argumentam, então, que o que deve ser preservado, e se possível aumentado, é o capital social. Portanto, uma melhor organização social no futuro poderia contrabalançar uma maior degradação ambiental, no que são veementemente contestados pelos ambientalistas.

### **A transição para o desenvolvimento sustentável**

Portanto, que fazer para alcançar um desenvolvimento sustentável em nível mundial? Embora não exista ainda um roteiro definido e acordado por todos os países e pelos vários setores da sociedade (a Agenda 21 é o melhor roteiro até agora), algumas ações estratégicas são necessárias para iniciar a transição na direção do desenvolvimento sustentável:

- a) A população mundial precisa ser estabilizada num futuro próximo. Embora existam grandes diferenças regionais (a Índia é três vezes menor em área e tem seis vezes mais habitantes que o Brasil), de uma maneira geral, quanto mais rápido atingirmos a estabilização e quanto menor for a população, melhor.
- b) A redução da pobreza: i- por motivos éticos, que não precisamos discutir; ii- porque está demonstrando que quando aumenta o nível de vida e de educação geral de uma comunidade, o índice de crescimento demográfico cai naturalmente; iii- para reduzir

o nível de degradação ambiental causado pela falta de alternativas para sobrevivência das populações pobres, pois, como vimos a pobreza reduz a capacidade das pessoas de usarem os recursos naturais de forma racional; iv- para garantir a governabilidade da Terra, pois o 3º relatório do Clube de Roma, *Para Uma Nova Ordem Internacional* (5), afirmava, de certa forma contradizendo *Os Limites do Crescimento*, que antes de atingirmos os limites físicos de nosso planeta, graves convulsões econômicas, sociais e políticas ocorreriam, provocadas pelo enorme desnível entre os países industrializados e os em desenvolvimento (na época de 13 para 1, em relação à renda média per capita). O grande problema é que a redução da pobreza vai exigir a transferência de recursos adicionais e um aumento considerável na utilização per capita de energia e de recursos naturais nos países em desenvolvimento.

- c) Os países desenvolvidos, os maiores responsáveis pela degradação ambiental do nosso planeta até agora, devem adotar estilos de vida e de desenvolvimento mais eficientes com relação à utilização de energia e de recursos naturais (para possibilitar que os países mais pobres aumentem seu consumo de energia e recursos naturais, e para liberar uma parcela da capacidade da biosfera de assimilar resíduos). A realidade que vivemos hoje nos indica que qualquer tentativa de reduzir a pobreza pelo crescimento puro e simples da economia mundial, sem modificação nos estilos de vida e hábitos do consumo, nos conduziria rapidamente, da situação atual de não sustentabilidade a longo prazo, para a possibilidade de um colapso iminente.
- d) Aceleração do desenvolvimento de tecnologias que aumentem ainda mais a eficiência da utilização de energia e do consumo de recursos naturais nas nossas atividades econômicas. Tecnologias industriais mais limpas, como vimos, podem reduzir a geração dos resíduos industriais pela utilização mais

eficiente das matérias-primas e da energia, através da minimização, reciclagem e reaproveitamento dos rejeitos.

- e) Melhoria da educação em todos os níveis nos países em desenvolvimento, para ajudar a reduzir o crescimento populacional e para possibilitar que os políticos possam adotar medidas de longo prazo (que muitas vezes impõe sacrifícios a curto prazo), indispensáveis para iniciar o processo de transição em direção ao desenvolvimento sustentável. Além disso, será necessário criar, manter ou aprimorar uma capacidade endógena em ciência e tecnologia nos países pobres, fundamental para que esses países possam escolher e adaptar, para suas próprias condições econômicas, sociais e culturais, as tecnologias geradas em países mais avançados o que pressupõe um mínimo de auto determinação.
- f) As preocupações econômicas e ambientais devem estar juntas em todos os níveis de tomada de decisão. Os mercados terão que aprender a funcionar sem guerras, sem aumento dos resíduos e sem propaganda que incentive desperdícios (4).
- e) Redução dos gastos militares, com o fortalecimento do multilateralismo, isto é, das Nações Unidas. Os gastos militares mundiais cresceram até 1987 (aproximadamente 1 trilhão de dólares por ano) e estão decaindo desde então. A América Latina e Caribe são as regiões que menos gastam no mundo: 1,5% do PNB, contra a média mundial de 5,4% e de 12,6% da África do Norte e Oriente Médio(6). O Brasil, dentro da América Latina, é um dos países com menor gasto militar per capita.

Como o desenvolvimento sustentável está baseado no uso racional e eficaz dos recursos naturais (aproveitamento máximo, desperdício e impactos ambientais mínimos), será necessário valorizar as diferenças locais e regionais para utilizar de forma inteligente suas vantagens competitivas para a produção de bens e serviços. Assim, não será possível a transferência

puramente mecânica de experiências que tiveram êxito em locais com condições ambientais, econômicas, sociais e culturais diferentes.

Por tudo isso, podemos afirmar que a transição na direção do desenvolvimento sustentável será um processo essencialmente dinâmico, um sempre contínuo processo de tentativas e erros, mudanças e adaptações, através de aproximações sucessivas. Isto porque estamos falando de atender às necessidades e aspirações de todas as pessoas que habitam este planeta, tanto agora quanto no futuro. O maior desafio será, certamente, como criar e manter a vontade política necessária para converter o conceito de desenvolvimento sustentável em ações, que vão significar mudanças consideráveis para todos nós.

Podemos também afirmar que o requisito fundamental para que os países subdesenvolvidos possam sonhar em atingir o desenvolvimento sustentável é a melhoria da educação em todos os níveis, acompanhada pela criação e manutenção de uma base endógena adequada em ciência e tecnologia.

### **A Conferência do Rio de Janeiro (1992)**

Logo após a divulgação do Relatório da Comissão Brundtland, as Nações Unidas resolveram convocar para junho de 1992 a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), com o objetivo de discutir as conclusões e propostas do Relatório e comemorar os 20 anos da Conferência de Estocolmo.

Entre os vários países que se ofereceram para sediar a Conferência, o Brasil acabou sendo escolhido, e decidiu realizá-la na cidade do Rio de Janeiro. Além das reuniões preparatórias convocadas pelas Nações Unidas (em Nairóbi, Genebra e Nova York), várias outras reuniões foram promovidas por organizações não governamentais (ONGs) ambientalistas, pela co-

munidade científica, por empresários e outros setores independentes.

A Conferência do Rio de Janeiro (CNUMAD) foi realizada entre 3 e 14 de junho de 1992, e contou com dois eventos principais: a) a Conferência das Nações Unidas (Governamental), com a presença de cerca de 178 países e a participação de 112 Chefes de Estado (na maior conferência desse tipo jamais realizada, razão pela qual as Nações Unidas a tem chamado de Conferência de Cúpula da Terra); b) o Fórum Global, uma conferência paralela dos setores independentes (as Organizações Não Governamentais Ambientais e aquelas ligadas a outros setores do desenvolvimento, às indústrias, aos povos tradicionais, às mulheres, etc.). Ao todo, participaram dos eventos mais de 30 mil pessoas, num acontecimento que foi considerado um marco na história da humanidade, pela sua contribuição para a mudança do estilo de desenvolvimento das nossas gerações futuras. O então Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Sr. Celso Lafer, definiu a Rio-92 como “um momento histórico sem precedentes, que mostrou ser possível um relacionamento Norte - Sul na base da cooperação e não do confronto, como acontecia quando tudo dependia do jogo Leste - Oeste”. A CNUMAD aprovou os seguintes documentos:

#### I) Declaração do Rio de Janeiro sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento

Assim como a declaração de Estocolmo (1972), a Declaração do Rio não tem força legal. É um documento formado por 27 princípios básicos, e tem como objetivo o estabelecimento de uma nova e justa parceria global, através da criação de novos níveis de cooperação entre os Estados, os setores mais importantes da sociedade e a população.

Assim como aconteceu com a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos Humanos, espera-se que os Governos que aprovaram a Declaração do Rio sintam-se com uma forte obri-

gação moral de aderir aos seus princípios. Entre os princípios mais importantes da Declaração estão:

- a) Princípio 2: Os Estados têm o direito soberano de explorar seus recursos, segundo suas próprias políticas ambientais e de desenvolvimento, e a responsabilidade de assegurar que as atividades sob sua jurisdição ou controle não causem danos ao meio ambiente de outros Estados (repete o Princípio 21 de Estocolmo, e foi também incluído na Convenção sobre a Diversidade Biológica e na Declaração sobre Florestas).
- b) Princípio 5: Todos os Estados e todos os indivíduos (...) devem cooperar na tarefa de erradicar a pobreza, de forma a reduzir as disparidades nos padrões de vida no mundo e melhor atender as necessidades da maioria da população mundial.
- c) Princípio 7: ...considerando as distintas contribuições para a degradação ambiental global, os Estados têm responsabilidades comuns porém diferenciadas. Os países desenvolvidos reconhecem a responsabilidade que têm na busca internacional do desenvolvimento sustentável, em vista das pressões exercidas por suas sociedades sobre o meio ambiental global e das tecnologias e recursos financeiros que controlam.
- d) Princípio 8: Os Estados devem reduzir e eliminar padrões insustentáveis de produção e consumo e promover políticas demográficas adequadas.
- e) Princípio 12: ...medidas de política comercial para propósitos ambientais não devem constituir-se em meios para a imposição de discriminações arbitrárias ou injustificáveis, ou em barreiras disfarçadas ao comércio internacional.
- f) Princípio 13: Os Estados devem desenvolver legislação nacional relativa à responsabilidade e indenização das vítimas de poluição e outros danos ambientais.

- g) Princípio 14: Os Estados devem cooperar...para desestimular ou prevenir a transferência de atividades ou substâncias que causem degradação ambiental grave ou que sejam prejudiciais à saúde humana.
- h) Princípio 16: ... as autoridades nacionais devem procurar promover a internalização dos custos ambientais.
- i) Princípio 18: Os Estados devem notificar imediatamente outros Estados de quaisquer desastres naturais ou outras emergências...

## II) Declaração sobre Florestas\*

Esta Declaração também não tem força legal, mas servirá de base para uma futura Convenção sobre Florestas, e poderá mudar o mercado de produtos florestais, pois garante aos países em desenvolvimento a autonomia para a exploração sustentável dos seus recursos florestais e prevê a eliminação de barreiras comerciais para produtos florestais explorados em bases sustentáveis (de acordo com métodos de manejo florestal recomendados por organismos multilaterais como a Organização Mundial de Madeiras Tropicais, que reúne os maiores produtores e consumidores de madeira do mundo (Princípio 14 e 15). O Princípio 6 declara que a função das florestas plantadas e das culturas agrícolas permanentes como fontes sustentáveis e ambientalmente corretas de energia renovável e matéria-prima industrial deve ser reconhecida, melhorada e promovida. O Princípio 7 afirma que recursos financeiros específicos devem ser fornecidos aos países em desenvolvimento que estabeleçam programas para a conservação de áreas significativas de suas flo-

---

\* Na forma aprovada pela Conferência esta Declaração foi uma vitória diplomática dos países em desenvolvimento, pois a proposta inicial era a aprovação de uma convenção sobre florestas tropicais.

restas. E os Princípios 9, 14 e 15 mencionam a importância da redução do endividamento externo dos países em desenvolvimento... através de um melhor acesso ao mercado para produtos florestais, especialmente os processados... e a remoção de barreiras tarifárias para produtos florestais...

### III) Convenção sobre a Diversidade Biológica

Os objetivos desta convenção são a conservação da diversidade biológica, o uso sustentável de seus componentes e a divisão justa e equitativa dos benefícios alcançados pela utilização de recursos genéticos (artigo 1). Prevê a ajuda financeira com recursos novos e adicionais para que os países em desenvolvimento possam fazer frente aos custos incrementais para o atendimento às obrigações da Convenção (artigo 20). Define também os termos para que os países industrializados tenham acesso ao material genético e outros recursos biológicos dos países em desenvolvimento, e os termos através dos quais estes países terão acesso a tecnologias ambientais e novas tecnologias desenvolvidas a partir de materiais e recursos encontrados em suas florestas (artigo 15 e 16). A distribuição dos benefícios é tratada pelo artigo 19, que prevê que quando uma patente é gerada a partir de material genético retirado dos países em desenvolvimento, o país que gerou a patente deve repartir os lucros com o país em desenvolvimento. A Convenção sobre Diversidade Biológica foi assinada por 157 países no Rio de Janeiro, e entrou em vigor em 29 de dezembro de 1993, três meses após sua ratificação pelo 30º desses países, a Mongólia. A Primeira Conferência das Partes foi realizada entre de 28 de novembro e de dezembro de 1994, em Nassau, Bahamas.

### IV) Convenção Quadro sobre Mudanças Climáticas

O objetivo desta convenção é a estabilização da concentração dos 'gases estufa' (CO<sub>2</sub>, metano, ozônio, cloroflurcarbonos, óxidos de nitrogênio) em um nível que possa prevenir as perigosas

interferência antropogênicas com os sistemas climáticos ( artigo 2). Esta Convenção não é uma convenção completa, pois define um conjunto de princípios gerais e obrigações a serem cumpridas, mas deixa para as negociações subseqüentes o estabelecimento de metas específica para a redução quantitativa das emissões dos 'gases estufa'. Os países devem proteger o clima ...segundo o princípio da equidade e de acordo com suas responsabilidades comuns mas diferenciadas e respectivas capacidades (artigo 3.1). As incertezas científicas não devem ser usadas como razão para adiar medidas em áreas onde possam existir ameaças de danos sérios ou irreversíveis (artigo. 3.2). Os países desenvolvidos membros da Convenção devem fornecer recursos financeiros novos e adicionais para atender aos custos totais acordados dos países em desenvolvimento para cumprir as obrigações listadas no artigo 12.1. Os países membros assumem a responsabilidade de publicar periodicamente inventários nacionais de emissões antropogênicas por fontes, e quantidades absorvidas por 'sumidouros' (sinks), de todos os 'gases estufa' que não são controlados pelo Protocolo de Montreal. Devem também promover o gerenciamento sustentável dos 'sumidouros' (ex. florestas em crescimento, para CO<sub>2</sub>) e reservatórios (ex. florestas maduras) de todos os 'gases estufa' não controlados pelo Protocolo de Montreal. A Convenção Quadro sobre Mudanças Climáticas foi assinada por 155 países no Rio de Janeiro, e entrou em vigor no dia 21 de março de 1994, três meses após sua ratificação pelo 50º destes países, que foi Portugal. A Primeira Conferência das Partes será realizada entre 28 de março e 7 de abril de 1995, em Berlim.

#### V) Agenda 21

É um amplo programa de ação com a finalidade de dar efeito prático aos princípios aprovados na Declaração do Rio. Embora não tenha força legal, a Agenda 21 contém um roteiro detalhado de ações concretas a serem adotadas pelos governos, instituições das Nações Unidas, agências de desen-

volvimento e setores independentes, para iniciar o processo de transição na direção do desenvolvimento sustentável. O documento está baseado na premissa de que a humanidade está num momento de definição em sua história: continuar com as políticas atuais significa perpetuar as disparidades econômicas entre os países e dentro dos países, aumentar a pobreza, a fome, as doenças e o analfabetismo no mundo inteiro, e também continuar com a deterioração dos ecossistemas dos quais dependemos para manter a vida na Terra. A Agenda 21 propõe mudar o rumo na direção de um melhor padrão de vida para todos, ecossistemas melhor gerenciados e protegidos, e um futuro mais próspero e seguro.

Na realidade, a questão central que está sendo discutida é a da disponibilidade de recursos adicionais para os países em desenvolvimento. O Instituto de Pesquisa do Desenvolvimento Econômico das Nações Unidas, em 1992, que os países subdesenvolvidos precisariam, somente para retomar seu desenvolvimento, de recursos adicionais de cerca de US\$ 60 bilhões por ano até o ano 2000. Se considerarmos os gastos com a proteção ambiental, os recursos adicionais necessários atingiriam US\$ 140 bilhões por ano, que é uma estimativa bem semelhante à da Agenda 21. Uma das poucas decepções da Rio-92 foi o não comprometimento dos países industrializados com o nível desejado de recursos adicionais para os países do Terceiro Mundo. A proposta para que os países ricos destinassem 0,7% do seu PIB para a ajuda oficial ao desenvolvimento de seus vizinhos pobres acabou sendo aprovada, mas sem uma data definida ("o mais cedo possível"). O cumprimento desta decisão vai significar aproximadamente US\$ 60 bilhões novos por ano, cerca de metade dos recursos necessários para executar as atividades propostas pela Agenda 21. E isto não será tão difícil, pois a Noruega dedica hoje 1,17% do seu PIB para ajuda aos países pobres!

Outra possibilidade de recursos adicionais, em virtude da nova situação geopolítica mundial sem o fantasma de uma imi-

nente 3ª Guerra Mundial (nuclear), seria destinar uma parcela dos atuais gastos militares em atividades para reduzir a pobreza dos países do Terceiro Mundo, e induzir o processo de transição para o desenvolvimento sustentável. As Nações Unidas estimavam que, se fosse possível aplicar durante 10 anos 20% dos gastos militares de 1985, poderíamos praticamente eliminar a pobreza absoluta no Terceiro Mundo. Outras propostas que estão sendo discutidas: o imposto sobre a emissão de CO<sub>2</sub>, uma taxa de 10% sobre a utilização de carvão (que geraria cerca de US\$ 25 bilhões por ano), uma taxa de US\$1,00 sobre cada barril de petróleo exportado etc. O importante é que procure taxar aquilo que se quer reduzir, isto é, a poluição, e não o que se quer aumentar, isto é, o emprego e a renda.(4)

Não se pode mais, entretanto, discutir recursos adicionais para os países em desenvolvimento, sem discutir dois assuntos inter-relacionados: a dívida externa dos países do Terceiro Mundo e o comércio internacional.

Por causa da crise da dívida externa, os países em desenvolvimento estão pagando mais US\$ 50 bilhões por ano aos países industrializados do que recebem como financiamentos. Entre 1983 e 1989, o total de transferências de recursos do Sul para o Norte foi de aproximadamente US\$ 241 bilhões (7). O que é incrível, entretanto, é que durante a década de 80 os países em desenvolvimento pagaram efetivamente 17% ao ano de juros sobre suas dívidas externas, enquanto os países industrializados pagaram apenas 4% ao ano (8)! Novamente o paradoxo da pobreza.

O comércio internacional, por sua vez, é fundamental para o desenvolvimento global, e está diretamente relacionado com a equidade e com a sustentabilidade da biosfera. A importância do comércio internacional para os países em desenvolvimento pode ser interpretada em uma recente declaração do Dr. Emil Salim, então Ministro da População e Meio Ambiente da Indonésia: “Não faz sentido para os Países do Norte gastarem recursos escassos em ajuda e em programas de desenvolvi-

to para os países do Terceiro Mundo, que são então anulados por políticas de comércio internacional com efeitos negativos iguais ou superiores". Estima-se que o custo para os países em desenvolvimento das restrições ao acesso aos mercados dos países industrializados para seus produtos manufaturados, agrícolas, tropicais, etc., é de US\$ 40 bilhões por ano, comparados com os aproximadamente US\$ 50 bilhões doados anualmente pelos países ricos como Ajuda Oficial ao Desenvolvimento aos países pobres (9).

O número crescente de barreiras não alfandegárias contra as exportações do Terceiro Mundo e o protecionismo nos países industrializados é uma formidável barreira contra o desenvolvimento sustentável dos países do Terceiro Mundo. Os subsídios agrícolas na Comunidade Européia e nos Estados Unidos provocam a inundação dos mercados mundiais com produtos agrícolas subsidiados, causando a redução dos seus preços e impedindo o acesso dos produtos dos países em desenvolvimento. Como resultado, o índice de poder de compra dos produtos primários tem caído continuamente: de 153 em 1951 para 73 em 1985. Para obter os recursos necessários em moeda forte (inclusive para pagar as suas dívidas externas), os países em desenvolvimento são obrigados a aumentar sua produção, caindo num círculo vicioso, conhecido como "a armadilha dos *commodities*" (9). O ex-Ministro Emil Salim, respondendo em 1992 a uma pergunta sobre porque a Indonésia continuava cortando árvores, declarou: "Hoje nós temos que vender 3 vezes mais madeiras para comprar um trator, do que na década de 70".

Por isso, os países em desenvolvimento estão começando a entender que, ao invés de receber como esmola um peixe todos os dias para comer, é melhor lutar para receber uma vara de pescar e aprender como usá-la, para que eles possam, com o fruto de seu próprio trabalho, sair da situação de pobreza e subdesenvolvimento em que se encontram.

## Conclusão

Uma das principais questões que teremos que resolver, para viabilizar a esperança de um futuro melhor, é como preservar a base ambiental para o desenvolvimento sustentável. Para isto, será necessário reduzir drasticamente os processos de erosão e acidificação dos solos, de degradação dos recursos hídricos, de destruição das florestas nativas e da perda da diversidade biológica.

Entretanto, os atuais Sistemas de Contabilidade Nacional (Produto Interno Bruto, etc.) não refletem adequadamente o esgotamento e a degradação dos recursos naturais e do meio ambiente. A adoção de metodologias de contabilidade ambiental, como o Sistema para Contabilidade Econômica e Ambiental Integradas, desenvolvido pelo Escritório de Estatística das Nações Unidas, e que está sendo testado no México e em Papua Nova Guiné, será certamente um instrumento indispensável para ajudar os países em desenvolvimento a atingir o desenvolvimento sustentável (10). Será necessário também reduzir a emissão de resíduos para a biosfera, principalmente dos gases que promovem o aquecimento global, através da adoção de sistemas de incentivos e penalidades para promover maior eficiência energética, o desenvolvimento de alternativas para substituir os combustíveis fósseis, e o desenvolvimento de tecnologias industriais mais limpas.

Como dizia Maurice Strong, Secretário Geral da Conferência do Rio, as populações devem adotar padrões de consumo que não agridam o meio ambiente, e estilos de vida de “sofisticada modéstia”.

E para que tudo isto seja viável, será necessário investir na melhoria da educação, em todos os níveis, principalmente nos países subdesenvolvidos. Somente assim as pessoas poderão se sentir solidárias e co-responsáveis com a grande missão de evitar a degradação definitiva das condições de vida no nosso planeta.

No final de 1992, pouco mais de 20 anos após *Os Limites do Crescimento*, Dennis Meadows lançou um novo livro, *Além dos*

*Limites* (11), afirmando que o modelo utilizado em 1971, aprimorado e alimentado com um conjunto mais completo de dados mundiais, refletia de forma bastante acurada as condições atuais e confirmava os resultados do modelo anterior. A nova publicação descreve as características de uma sociedade que cresceu além dos seus limites, utilizando os recursos naturais mais rápido do que eles podem ser restaurados, e liberando resíduos e poluentes acima da capacidade de absorção da biosfera. As principais conclusões do *Além dos Limites* são:

- a) A velocidade de utilização pelo homem de muitos recursos essenciais e da geração de vários tipos de poluentes já ultrapassou os limites fisicamente sustentáveis. Sem uma redução significativa nos fluxos de materiais e de energia, haverá, a partir de 2020, um declínio incontornável na produção de alimentos per capita, no uso de energia e na produção industrial.
- b) Este declínio pode ser evitado com uma revisão completa das políticas que perpetuam o crescimento do consumo material e da população, e com um aumento rápido e drástico na eficiência de utilização de materiais e energia. Dispomos apenas de 20 anos para mudar o rumo.
- c) Uma sociedade sustentável é técnica e economicamente viável, ao invés daquela que tenta resolver seus problemas através do crescimento constante. A transição para uma sociedade sustentável exige equilíbrio cuidadoso entre objetivos de curto e longo prazo e ênfase em suficiência, equidade e qualidade de vida, em vez de quantidade de produção. Além de tecnologia e produtividade, a transição vai exigir maturidade, compaixão e sabedoria. Os maiores obstáculos são psicológicos, sociais e políticos.

Evitando as críticas que a proposta do “crescimento zero” provocou, Meadows faz questão de afirmar que suas teses não significam que os pobres devam se conformar com a pobreza,

nem os ricos tenham que se tornar pobres. Embora os indicadores sugiram que o mundo viaja numa trajetória insustentável, é possível alterar o curso se tivermos vontade política para utilizar, no pouco tempo disponível, o conhecimento e a habilidade tecnológica existente.

O relatório que o PNUMA lançou em dezembro de 1992 (6), comemorando os seus 20 anos de existência, também nos alerta que não poderemos continuar a fazer nos próximos vinte anos o que fizemos nos últimos vinte, sob pena de abreviarmos perigosamente a sustentabilidade da vida humana na biosfera. Para vencer o desafio à nossa frente, será necessário que todos os setores da sociedade estejam conscientes e dispostos a procurar, com todo o empenho possível, os caminhos para o desenvolvimento sustentável.

Esta é a única forma, e, talvez a última oportunidade, para garantir no futuro, um mundo mais democrático, ecologicamente sustentável e com maior justiça social.

### **Notas Bibliográficas**

1. MEADOWS, D. et alii., Limites do Crescimento. Rio de Janeiro: Editora Perspectiva, 1973.
2. MESAROVIC, M. e PESTEL E., Momento de Decisão. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1975.
3. Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, Nosso Futuro Comum. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1988.
4. GOODLAND, R. et alii, "Environmentally Sustainable Economic Development: Building on Brundtland", Environment Working Paper n. 46, Washington: World Bank, 1991.
5. TINBERGEN, J., Para Uma Nova Ordem Internacional. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1978.

6. United Nations Environment Programme, The World Environment 1972-1992: Two Decades of Challenges. London: Chapman & Hall, 1992.
7. United Nations Development Programme, Human Development Report 1992. New York: UNDP, 1992.
8. United Nations Development Programme, Choices, The Human Development Magazine. New York: UNDP, June 1992.
9. International Institute for Sustainable Development, Trade and Environment. London: IISD, 1992.
10. ABAZA, H., "The Present State of Environmental and Resource Accounting and its Potential Application in Developing Countries", Environmental Economics Series, Paper n0 1, Nairóbi: UNEP, 1992.
11. Meadows, D. et alii, Beyond the Limits. Vermont, USA: Chelsea Green Publishing Co., 1992.

# The Roles of Governments and United Nations Environment Programme (UNEP) in Environmental Issues

**Tore Brevik**

*Programa das Nações Unidas para  
o Meio Ambiente (PNUMA)*

*Membro da Comissão de Esporte e  
Meio Ambiente do COI*

The year 1998 has proved to be a momentous one for UNEP as well as for the global environment as a whole. Our new Executive Director Dr. Klaus Toepfer assumed office in February this year. Immediately on assuming charge, he has brought to UNEP an entirely new vision on UNEP's priorities. I shall be reverting on this topic a little later in my speech. Let me first touch on the topic of forest fires in South East Asia and in Latin America which threaten to affect the quality of our environment.

The effects of the forest fires are now being felt far beyond its borders. And they may turn out to be one of the greatest ecological disasters of the last decade of this millennium. The world needs to be just as concerned as it is of the economic crisis

in the region. It is still too early to calculate the full costs of these fires. But a rich source of biodiversity has been wiped out forever and vast quantities of carbon dioxide have been released into the atmosphere.

But most important issue is the health risk posed to the 70 million citizens. Health experts have warned that up to 20 per cent of all deaths in the region could be caused by the smog. Smoke was also to blame for the shipping and plane crashes that killed up to 300 people in the region.

What is at stake now is not only the health and economic vigor of the region but also its environmental and political stability. We must ensure that this manageable emergency does not develop into a major humanitarian crisis. The present crisis can only be reversed by a policy of enforcement of laws by the countries in the region which could be supplemented by assistance from the global community.

The United Nations Environment Programme is playing a pivotal role in the region in concert with governments and the environment ministers to resolve this crisis. A well-coordinated United Nations system-wide response to the Indonesian forest fires under the overall direction of the United Nations Environment Programme has already commenced. This cooperation between United Nations agencies such as the Food and Agriculture Organization, United Nations Development Programme, United Nations Children Fund rests on the recognition that humanitarian, economic, social and environmental factors cannot be effectively dealt with independently of one another and are best addressed in a mutually reinforcing manner.

UNEP is increasingly striving to provide better means for bringing emerging environmental issues and problems of international and regional significance to the attention of the global community. The challenge before UNEP is to integrate short-term and medium term environmental concerns with its long-term objectives of providing a sustainable environment for all.

In the short-term, UNEP is dealing with environmental catastrophes such as the forest fires in Indonesia and Brazil. If we can see these crises as an opportunity, we may one day look at them as useful warnings. Early warning systems, priority setting and the development of information concerning hot spots to alert nations of potential conflicts over common shared resources are the areas which will be UNEP's area of focus in the short-term.

In the medium-term, UNEP will develop and improve its leadership role in forging political consensus on emerging environmental problems and in the development of political instruments. This is an area in which UNEP has its most outstanding successes in the past. UNEP will build on the foundations of the experience gained in the development and implementation of the Montreal Protocol, the Regional Seas Programmes, the Convention on Biological Diversity, the Basel Convention, CITES and the Lusaka Agreement... to name just a few. UNEP will also develop innovative economic instruments to foster more uniform standards and practices among nations. UNEP will also move ahead in identifying synergies between different conventions and protocols. This is an important obligation for UNEP as the implementing agency for several environment conventions.

In the long-term, UNEP will focus its work on the urban environment, water issues, development of economic instruments such as the Clean Development Mechanism and the chemicals agenda which includes negotiating and implementing the Prior Informed Consent Procedure and further work on Persistent Organic Pollutants. In the area of the urban environment, Habitat and UNEP are already utilizing more and more the synergies between the two organizations - to address environmental problems that result from urbanization: water pollution, habitat loss, deforestation and carbon-emitting energy use.

However, we have to yet to fully realize the tremendous potential for the ecological efficiency of cities, combined with

economic and social efficiency, and we have to make use of this potential.

Urban development provides important opportunities for sustainable development because cities and major agglomerations have the ability to support large numbers of people within a limited space with a high degree of technical and economic efficiency. Therefore, we must overcome the diseconomies of scale. We must achieve sustainability in our mega-cities.

We are giving prime importance to water issues not only as an essential component of peace policy but also its conservation as a vital natural resource.

In the implementation of the chemicals agenda, countries will sign the legally binding international convention on trade in dangerous chemicals and pesticides later this year in Rotterdam. This legally binding instrument on Prior Informed Consent Procedure on certain Hazardous Chemicals in International Trade has important synergies with biodiversity. The first meeting of the International Negotiating Committee for the adoption of an International Convention on Persistent Organic Pollutants was just held in July of 1998.

Sustainable development demands access to state-of-art "clean" technologies, as these have a strategic role in increasing the capabilities of developing countries, both to protect the environment as well as to alleviate poverty. To develop technologies and products which are resource and energy conserving, we are focusing on the development of Cleaner Technologies in partnership with industry and business.

UNEP's focus will also be on strengthening the link between science, management and policy. UNEP will network with the scientific community and translate that knowledge into policy and make the results available to all interested stakeholders. I believe that the core mission of UNEP is information exchange on policies and technologies. This is sometimes referred to as playing a clearing-house function, leading to knowledge building

for investment choices and to technology cooperation and transfer.

These elements of UNEP's new profile will require building synergies and partnerships with governments, United Nations agencies, the private sector and the civil society. We therefore look to organizations such as the International Olympic Committee for partnerships.

The subject of ensuring global sustainable development and environmental protection is a vast one. Instead of reciting a list of problems and prospects, I thought I would first highlight some of the main points of concern to UNEP.

Sports like every human activity has its own two-way relationship with the natural environment. Sport cannot help but have an impact on as well as be affected by the state of that environment. While sport is not one of the great environmental problems of the planet, the situation is complex. Sport as we know it today is made up of a vast range of institutions, events, facilities and participants at every imaginable level. Sport can help or harm the environment, and sport can benefit from or be hurt by environment conditions.

The point is to draw attention of those in the sporting community to the fact that their activities do have an environmental impact and that they have choices regarding the severity of the impact. They can choose to carry on as usual or they can choose to understand the degree of their impact on the environment as a prelude to taking responsibility for it.

We cannot continue with event management practices that contribute regularly to excessive energy consumption, air pollution, greenhouse gas emissions and waste disposal as well as ozone layer depletion, habitat and biodiversity loss, soil erosion and water pollution.

We cannot drastically modify water courses. The ecological costs are striking: loss of wetlands, breeding grounds for fish, birds and insects; dramatic changes to water flow and pollution by sediments and other compounds. Neither can we turn the

planet into a golf course. Golf is accused of pollution of surface water and groundwater with pesticides, herbicides, fungicides and chemical fertilizers; the replacement of natural habitat and threatened species with green monocultures, draining valuable wetlands; lowering water tables and local supplies through intensive irrigation practices.

By the way, the golf associations are doing an excellent job to educating those involved in this sport. One good example is the “Committed to Green” initiative through the active participation of golfers and their clubs to promote an increasing awareness of the environmental impact of golf, and an increasing concern to make the sport even more sustainable.

We must give thought to post games legacy. A polluted environment does not discriminate between the athletic and non-athletic members of society. If we take care of the environment, environment will take care of us. Environmental protection will truly come of age when it acknowledges that if we want to save part of the system we have to save the system itself. This is the essence of what we call sustainable development. To achieve this we must pursue innovative and unconventional technological solutions. We need to utilize both traditional and indigenous knowledge as well as cutting edge technology. Above all, we must renew our commitments to enhance the flow of required financial resources and technology. This will enable us to meet our responsibilities to each other as well as to our future generations.

# O Papel dos Governos e do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) para as Questões Ambientais

**Tore Brevik**

O PNUMA tem por objetivo melhorar o atendimento as questões de emergência ambiental e trazer à atenção da comunidade global os problemas ambientais de significado regional e internacional. O desafio que se apresenta ao PNUMA é integrar as ações de curto e médio prazos com os objetivos de longo prazo do Programa.

No curto prazo, o PNUMA lida com catástrofes ambientais como, por exemplo, os incêndios florestais no Brasil e na Indonésia. O desenvolvimento de sistemas de alerta de acidentes ambientais de grande escala, e os conflitos potenciais entre nações pela disputa de recursos naturais comuns, são as áreas prioritárias do PNUMA no curto prazo.

No médio prazo, o PNUMA está voltado para o desenvolvimento de seu papel de liderança na formulação de consensos a respeito de problemas ambientais emergentes. Outros objetivos do Programa a médio prazo são o desenvolvimento de instrumentos econômicos inovadores para expandir práticas e padrões

de conduta ambiental entre as nações, e a busca de sinergias entre diferentes convenções e protocolos a serem implementados pelo PNUMA.

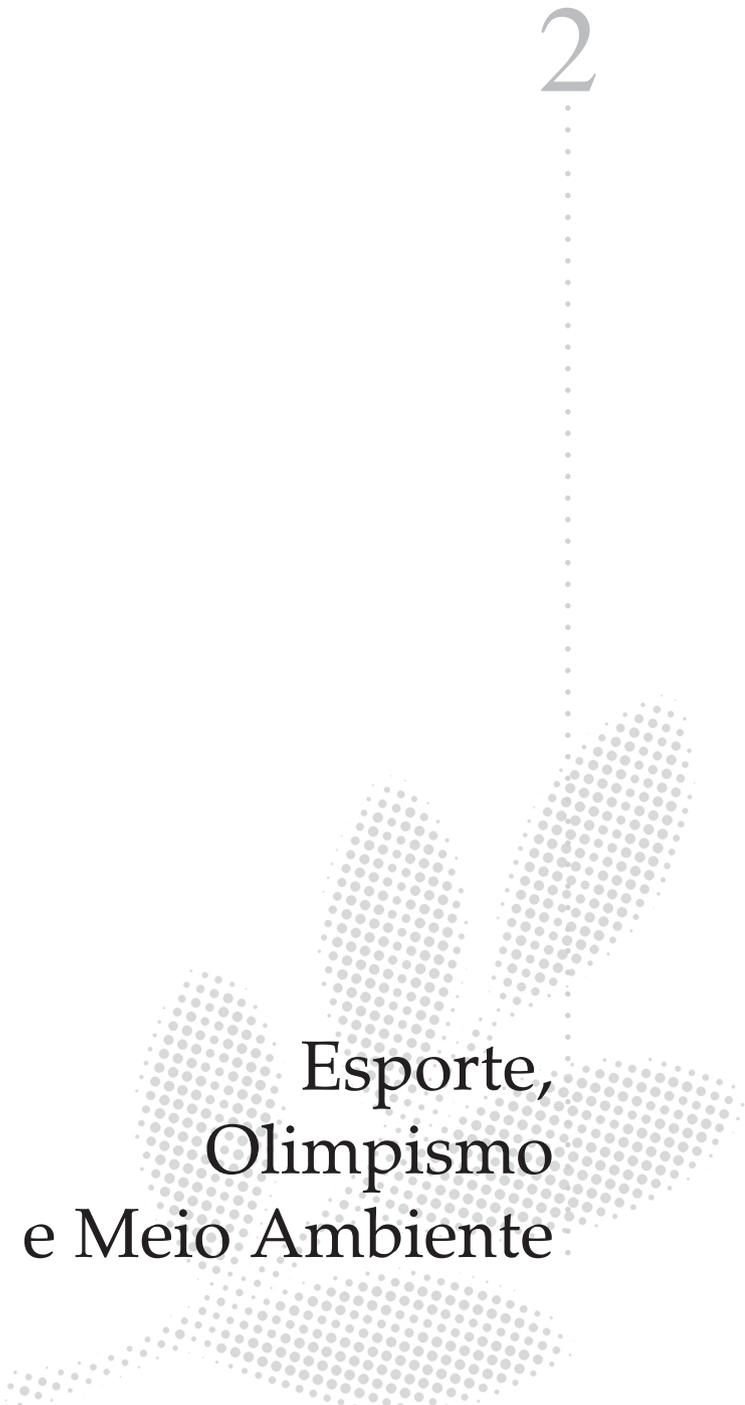
No longo prazo, o PNUMA irá focalizar seu trabalho no meio ambiente urbano, na questão da água e no desenvolvimento econômico com preservação do meio ambiente. Neste sentido, o Programa busca reforçar as ligações entre ciência, gerência e política. Provavelmente, o papel central do PNUMA é a troca de informações sobre políticas e tecnologias, apontando para a construção do conhecimento para melhores investimentos e para a cooperação e transferência de tecnologias.

Este objetivos do PNUMA irão requerer a construção de sinergias e parcerias com governos, outras agências das Nações Unidas, o setor privado e a sociedade civil. Neste sentido o PNUMA procura parceiros como o Comitê Olímpico Internacional.

O esporte, como toda a atividade humana, guarda uma relação de mão dupla com o ambiente natural. O esporte pode não ajudar mas tem um impacto sobre o meio ambiente, assim como é afetado pela própria qualidade deste mesmo meio ambiente. Como sabemos hoje em dia, o esporte é feito de um vasto espectro de instituições, eventos, instalações e participantes, nos mais diversos níveis. O esporte pode ajudar ou prejudicar o meio ambiente, e se beneficiar ou ser prejudicado pelas condições ambientais. Temos a responsabilidade de pensar no legado a ser deixado pelos Jogos Olímpicos. Um meio ambiente poluído não faz distinção entre indivíduos, atletas ou não.

Acima de tudo, precisamos renovar nossos compromissos com a melhoria do fluxo de recursos financeiros e tecnológicos. Isto nos permitirá assumirmos nossas responsabilidades com nós mesmos e com as gerações futuras.

2



Esporte,  
Olimpismo  
e Meio Ambiente



# O Movimento Olímpico e o Meio Ambiente

**Pál Schmitt**

*Vice Presidente do COI*

*Presidente da Comissão de Esporte*

*e Meio Ambiente do COI*

*Presidente do Comitê Olímpico Húngaro*

## 1. Introdução

Consciente de sua responsabilidade e com base nos princípios fundamentais estabelecido pela Carta Olímpica, o Comitê Olímpico Internacional (COI), exercendo sua função de coordenador do Movimento Olímpico, resolveu aumentar seu campo de atuação na questão do meio ambiente, transformando-a no terceiro item do Olimpismo depois do esporte e da cultura. Por esta razão, o COI certifica-se de que os Jogos Olímpicos sejam realizados em condições que demonstrem preocupação e responsabilidade pelas questões do meio ambiente, e colabora com as organizações públicas, privadas e com as autoridades competentes, empenhando-se em colocar o esporte a serviço da humanidade.

O Movimento Olímpico conta com o maior evento esportivo do mundo para ajudá-lo a cumprir essa missão. Os Jogos Olímpicos são um microcosmo, um modelo em pequena escala de nossa sociedade e dos problemas por ela enfrentados: grandes e pequenas construções, permanentes ou temporárias; a compra,

distribuição e eliminação de produtos, movimentos de bens e pessoas, gerência de recursos humanos e de administração. Por esta razão o COI, em cooperação com o Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos, se preocupa em defender o meio ambiente ao organizar esse evento.

Em 1972, durante os Jogos da XX Olimpíada em Munique (Alemanha), o Movimento Olímpico organizou uma atividade simbólica: os Comitês Olímpicos Nacionais (CON's), vindos de todos os lugares do mundo, trouxeram um arbusto de seus países que foram plantados no Parque Olímpico próximo às instalações esportivas.

## **2. O Compromisso do Planeta Terra**

Em 1992, quando os XXV Jogos Olímpicos foram celebrados em Barcelona, na Espanha, o COI, atendendo ao apelo estabelecido no Relatório das Nações Unidas para o 'Planeta Terra', na cidade do Rio de Janeiro, no Brasil, convocou todas as Federações Internacionais e Comitês Olímpicos Nacionais a assinarem o Compromisso do Planeta Terra. Através deste documento os membros do Movimento Olímpico se comprometeram a contribuir, da melhor maneira possível, para que a Terra fosse um lar seguro e acolhedor para as gerações presentes e futuras.

Em 1994, o Presidente do COI assinou um acordo de cooperação com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) com o objetivo de desenvolver ações conjuntas nesta área.

## **3. O Congresso do Centenário Olímpico**

O Congresso do Centenário Olímpico, realizado em Paris, em 1994, enfatizou a importância da questão ambiental ao dedicar uma sessão inteira à relação entre esporte e meio ambiente.

Essa questão foi desenvolvida em maior profundidade através da Comissão de Estudo do Congresso do Centenário, cujas recomendações foram aprovadas pela 105a Sessão do COI, em Atlanta, Estados Unidos, em julho de 1996. Transcrevemos aqui, suas importantes deliberações:

**Relembrando**, por um lado, as preocupações manifestadas pelos participantes do Congresso do Centenário Olímpico, de que o Movimento Olímpico deve liderar as questões ligadas ao meio ambiente e, por outro lado, observando que, mesmo antes do congresso do Centenário Olímpico, o COI adotou e publicou sua política de meio ambiente;

**Reconhecendo** que a celebração regular dos Jogos Olímpicos é uma oportunidade ímpar para enfatizar a importância da proteção ao meio ambiente;

**Lembrando** a iniciativa do COI de realizar a Conferência Mundial de Esporte e Meio Ambiente, em Lausanne, em julho de 1995, e as inúmeras sugestões de ações bem como o reconhecimento pela comunidade internacional das ações e esforços do COI para o apoio e proteção do meio ambiente;

**Observando** que muitas oportunidades de cooperação com diversas organizações internacionais e nacionais, governamentais e não governamentais, podem se apresentar para o apoio da proteção ao meio ambiente,

**Acreditando firmemente** que a política do COI relacionada com o meio ambiente deve ser específica do COI; que os esforços desenvolvidos por outros grupos com o objetivo de promover o meio ambiente devem ser reconhecidos pelo COI ao desenvolver sua própria política; que o COI não deve permitir que outros objetivos ultrapassem o seu,

**Observando** que é importante considerar a importância do COI como uma organização internacional que lida com países desenvolvidos e em desenvolvimento; que a avaliação de uma po-

lítica de proteção do meio ambiente, assim como sua implementação e divulgação da forma mais eficiente, deve se adaptar ao país em questão,

**Relembrando** que podem existir, no tocante a medidas e comportamentos específicos, diferenças culturais e de percepção que devem ser levadas em consideração antes da adoção da posição definitiva; que é importante assumir uma abordagem preventiva relacionada com a questão do meio ambiente; que, nesse sentido, a educação é uma ferramenta extraordinária para despertar nos indivíduos a necessidade de encorajar o desenvolvimento sustentado; que alguns países podem ter prioridades diferenciadas no campo do meio ambiente, e que estas preocupações devem ser consideradas ao avaliar o comportamento no campo da proteção ao meio ambiente,

1. **Deseja** desenvolver maiores esforços para proteger o meio ambiente e educar os jovens do mundo quanto à responsabilidade de cada um neste sentido,
2. **Considera** que, apesar da criação da Comissão de Esporte e Meio Ambiente do COI, deve ser lembrado que os principais responsáveis pelas questões relacionadas com as questões do meio ambiente são as autoridades competentes, e que o papel fundamental do COI é encorajar uma atitude ambiental responsável.

Além disso, Carta Olímpica foi modificada para incluir uma ampla referência ao meio ambiente.

Regra 2, parágrafo 12:

“(...) o COI espera que os Jogos Olímpicos sejam realizados em condições que demonstram uma preocupação saudável com as questões ambientais,

estimula o Movimento Olímpico a demonstrar uma preocupação saudável com as questões ambientais, procura refletir essa preocupação em suas atividades, e, educar todas as pessoas relacionadas com Movimento Olímpico quanto à importância do desenvolvimento sustentado.”

#### **4. As Exigências Ambientais para as Cidades Candidatas**

COI exigiu nas especificações para as cidades candidatas um capítulo referente às novas exigências quanto a proteção do meio ambiente. Medidas ambientais ocupam uma posição cada vez maior na candidatura e são particularmente importantes na escolha da cidade sede dos Jogos.

COI se certifica que os Jogos Olímpicos sejam realizados sob condições que demonstrem uma preocupação responsável com as questões ambientais, e colabora com os Comitês Organizadores (OCOG's), organizações públicas ou privadas e autoridades no esforço de alcançar este objetivo e colocar o esporte a serviço da humanidade.

Por esta razão, a preocupação com o meio ambiente e estudos ecológicos compulsórios foram incluídos no processo de avaliação das cidades candidatas a sede dos Jogos Olímpicos. Isto inclui os documentos oficiais relacionados com a organização dos Jogos Olímpicos pela cidade sede, que devem ser atualizados regularmente.

É fundamental para um resultado bem sucedido que todos os estudos e planos referentes às instalações e infraestrutura contenham princípios e parâmetros ambientais desde o início, e que sejam administrados de forma a minimizar e, quando possível, eliminar o dano ao meio ambiente. Princípios ambientais de arquitetura, desenho, paisagismo e restauração contribuem para a integração harmoniosa dos

Jogos Olímpicos no espaço natural e cultural. A avaliação do impacto ambiental das instalações deve ser realizada pelas cidades candidatas de acordo com os critérios científicos e legais amplamente aceitos, e um relatório deve ser apresentado ao COI. O COI se mostra especialmente preocupado com a comunidade local, monumentos culturais, áreas e espécies protegidas, regiões alagadas (pântanos), frágeis áreas montanhosas e outros habitats vulneráveis.

A candidatura deve obedecer às normas, regras e exigências legais relacionadas com o meio ambiente dentro da área de competência do COI e, quando possível, se sobressair nessas áreas. Este resultado pode ser alcançado através da introdução de inovações econômicas, científicas e técnicas, e através do desenvolvimento de relações adequadas com outras organizações, com o setor privado e com as autoridades públicas.

A boa prática ambiental abrange a reutilização de instalações, quando possível, e a recuperação das áreas danificadas; busca minimizar a necessidade de transporte e evitar o uso destrutivo da terra. É necessário encorajar a execução de atividades que objetivem proteger os habitats e a biodiversidade, minimizar as emissões poluentes, e aumentar a preocupação com o meio ambiente. O COI recomenda que se dedique atenção especial ao tratamento de esgoto e ao manuseio de lixo sólido, ao consumo de energia e água e à qualidade do ar, de modo a aumentar o nível da saúde ambiental, e a proteger a saúde e o bem estar dos atletas e do público em geral.

O conhecimento e os padrões de qualidade ambiental rapidamente se tornam obsoletos, sendo necessário uma atitude dinâmica para enfrentar os futuros desafios ambientais. Um plano de ação ambiental completo, com prioridades locais, objetivos e projetos é uma maneira dinâmica de criar uma estratégia eficiente que pode trazer resultados positivos, boa-vontade e ferramentas para o desenvolvimento continuado. O desenvolvimento de uma atividade social que estimule a participação da comunidade junto às organizações ambientais, aos habitantes locais e

às comunidades carentes é essencial para alcançar os objetivos apropriados e para assegurar os resultados perseguidos.

Além disso, as cidades candidatas devem:

- providenciar gráficos e informações resumidas explicando o sistema de administração do meio ambiente e dos recursos naturais praticado pelas autoridades públicas, e suas responsabilidades junto ao OCOG;
- fornecer um relatório resumido, incluindo mapas e gráficos, se disponíveis, da situação do meio ambiente local, no que diz respeito à saúde ambiental, áreas protegidas, monumentos culturais e dos riscos naturais em potencial;
- providenciar uma garantia oficial, emitida pela autoridades competentes, declarando que todo o trabalho necessário para a organização dos Jogos obedecerá aos regulamentos e leis nacionais, regionais e locais, e aos acordos e protocolos internacionais que regulamentam o planejamento, construção e proteção do meio ambiente;
- certificar-se de que uma avaliação de impacto ambiental de todas as instalações será realizada pelas autoridades competentes;
- fornecer um plano de metas de ação para os Jogos com objetivos, finalidades e prioridades, contendo uma exposição resumida do sistema de administração ambiental a ser implantado pelo OCOG;
- declarar se o comitê da candidatura criou um programa de conscientização ambiental, e descrever os planos do OCOG;
- relacionar as providências tomadas para proteger e chamar a atenção da comunidade para os aspectos mais significativos da herança cultural e ambiental, durante a fase de preparação dos Jogos Olímpicos;

- relacionar as organizações ambientais ligadas à cidade candidata, à região e ao país que foram consultadas; indicar o tamanho, tipo e representação destas organizações; informar como reagiram e o que acham da candidatura;
- relacionar as providências tomadas com relação ao transporte e para minimizar o impacto ambiental provocado pela poluição do ar e sonora, e, se for o caso, os programas de infra-estrutura desenvolvidos como o aumento da rede rodoviária, etc.;
- relacionar os projetos de manuseio do lixo sólido, de tratamento de esgoto e de utilização racional da energia, e como se espera influenciar o futuro da cidade e da região;
- descrever o programa piloto ambiental ou projetos de desenvolvimento ou de utilização de tecnologia voltada para a proteção ambiental relacionada com os Jogos;
- relacionar os aspectos especiais que não foram mencionados neste questionário e que o comitê da candidatura considera importante mencionar.

Quando uma cidade é escolhida para sediar os Jogos Olímpicos, uma comissão de coordenação do COI, que inclui um especialista em questões ambientais, faz o acompanhamento da fase preparatória para assegurar que todas as exigências ambientais estão sendo atendidas.

### **5. A Comissão de Esporte e Meio Ambiente do Comitê Olímpico Internacional**

Atendendo às recomendações da Comissão de Estudo criada pelo Congresso Centenário Olímpico, o Presidente do COI criou a Comissão de Esporte e Meio Ambiente, presidida pelo Vice Presidente do COI, H.E. Pál Schmitt, com o objetivo de assessorar o Conselho Executivo do COI no desenvolvimento de

uma política de proteção ambiental a ser adotada pelo COI e pelo Movimento Olímpico. O Sr. Olav Myrholt, representa a Comissão nas comissões de coordenação e avaliação dos Jogos Olímpicos do COI. O Sr. Myrholt, assessor para as questões ambientais, supervisiona o atendimento às exigências ecológicas.

## **6. Projetos e Ações Prioritárias**

### *6.1. Levando a Preocupação Ambiental a todo o Movimento Olímpico*

O COI está convencido da necessidade de conscientizar a todos sobre a questão ambiental, não só durante os Jogos Olímpicos, como também durante outros eventos esportivos. Para tanto, é necessário aumentar o apoio dos CON's e das Federações Internacionais (FI's). Com este objetivo, o COI estimula os CON's a criarem comissões de meio ambiente, ou a indicar um representante oficial para acompanhar a questão a nível nacional. As FI's são estimuladas a fazer o mesmo. Diversos CON's e FI's reagiram positivamente a essa solicitação e criaram comissões de meio ambiente com a participação de especialistas no assunto, e estão organizando atividades para conscientizar a comunidade local sobre a importância de proteger o meio ambiente.

### *6.2. Material Educacional*

O COI deu prioridade máxima à educação. Um manual sobre Esporte e Meio Ambiente, entre outras publicações, foi editado para distribuição entre a família olímpica. O manual contém diretrizes gerais para o desenvolvimento de uma estratégia ecológica, e um plano de ação relacionado com atividades esportivas individuais e com a organização de eventos esportivos.

### *6.3. Conferências*

De dois em dois anos o COI organiza uma Conferência Mundial sobre Esporte e Meio Ambiente para avaliar o progresso do

Movimento Olímpico nessa área. A primeira Conferência Mundial sobre Esporte e Meio Ambiente, junto com o PNUMA, foi realizada em Lausanne, na Suíça, de 12 a 15 de julho de 1995. Mais de 150 representantes do Movimento Olímpico internacional, governos, Nações Unidas, organizações governamentais e não governamentais, centros de pesquisa e universidades participaram da conferência.

A segunda Conferência Mundial foi realizada em cooperação com o Conselho Olímpico da Ásia e com o Comitê Olímpico do Kuwait, de 1 a 2 de novembro de 1997, na cidade de Kuwait. Cerca de 200 representantes de 62 países e cinco continentes se reuniram para discutir a situação atual da contribuição da comunidade esportiva à questão da proteção ambiental, e as providências que devem ser tomadas, e em que áreas, para promover, ainda mais, a correta relação com o meio ambiente. Como resultados das discussões, a Conferência adotou uma resolução que inclui uma lista de recomendações. Esta resolução funciona como base para o trabalho da Comissão de Esporte e Meio Ambiente do COI.

### **Resolução**

A Conferência, reconhece:

- a) que existe uma parceria natural entre esporte e meio ambiente;
- b) que a saúde e a segurança dos atletas, suas oportunidades de melhorar o desempenho, e que a possibilidade de permanente acesso à natureza dependem da saúde e da proteção do meio ambiente;
- c) que os eventos e atividades esportivas devem ser organizados e conduzidos de forma a evitar ou minimizar a agressão ao meio ambiente e, também, beneficiar o meio ambiente e a comunidade deixando uma herança ambiental positiva;
- d) que existe uma forte ligação entre a falta da prática esportiva e de atividade física, e a falta de saúde;

- e) que as organizações esportivas, indústrias e participantes têm a responsabilidade de se portar de uma maneira responsável com relação ao meio ambiente;
- f) que as diferentes condições ambientais e econômicas nos diversos países exigem soluções diferenciadas;

Recomenda:

1. que as organizações esportivas (*inter alia*, o Comitê Olímpico Internacional, as Federações Esportivas Nacionais e Internacionais, Comitês Olímpicos Nacionais, Comitês Organizadores dos Jogos Olímpicos, das cidades candidatas e outras organizações em todos os níveis) devem desenvolver parcerias com todos os setores públicos e privados, e com todos os grupos ambientalistas locais e associações comunitárias, que podem fornecer informações experiências valiosas;
2. que a preocupação com o meio ambiente, assim como com prática de proteção ambiental, devem ser estimuladas entre os atletas e os participantes, e usada para contribuir para a maior conscientização do público e para promover a prática de ações que visam a proteção do meio ambiente;
3. que as Federações Internacionais e Nacionais dirigentes do esporte devem desenvolver políticas e normas ambientais, assim como recomendações e critérios de saúde e de meio ambiente, a serem alocadas nos eventos e instalações esportivas. As políticas, normas, recomendações e critérios devem ser aplicados em todos os níveis de atividade e serem amplamente divulgados;
4. que o COI e outras organizações esportivas devem trabalhar junto com arquitetos e profissionais de construção civil para o desenvolvimento e a promoção de instalações esportivas em harmonia com o ideal do desenvolvimento sustentável;
5. que as organizações esportivas devem prestar a devida atenção quando da elaboração de escalas de eventos e das exigên-

- cias técnicas das instalações esportivas, no sentido de se evitar projetos econômicos e ambientais não sustentáveis;
6. o Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos e de outros eventos esportivos devem dar prioridade à utilização de instalações e, onde não houver necessidade de utilização da instalação após o evento, que seja considerada uma instalação temporária, lembrando sempre que as novas instalações devem ser projetadas e construídas com o objetivo de obter um alto grau de eficiência ambiental, e de deixar para a comunidade uma herança de longa duração e múltipla utilidade;
  7. as organizações esportivas devem procurar se associar a patrocinadores do setor privado e outros, e com fornecedores objetivando:
    - a) estimulá-los a obedecer ao padrão ambiental adotado pelo movimento esportivo.
    - b) beneficiar-se da experiência e dos produtos destes novos parceiros, envolvendo-os na procura de soluções inovadoras;
  8. as organizações esportivas devem desenvolver métodos para a solução dos conflitos existentes entre as exigências ambientais, e as econômicas e/ou técnicas;
  9. o COI deve incentivar também a realização de “dias do esporte e do meio ambiente” e “dias de limpeza”, e ajudar os CON’s a organizá-los, bem como desenvolver outras atividades ambientais objetivando promover a educação e a conscientização;
  10. as organizações esportivas devem comunicar, com clareza, seus objetivos, iniciativas, sucessos (inclusive na área de excelência) e fracassos, fazendo uma divulgação interna e externa através da mídia;
  11. o COI deve criar um “banco de idéias” para informações ambientais e compartilhar fontes, no sentido de facilitar comunicações;

12. a indústria de produtos esportivos deve ser incentivada a adotar padrões ambientais relativos à origem e industrialização dos produtos, equipamentos, alimentos e bebidas, visando desenvolver práticas de desenvolvimento sustentado e de reciclagem de produtos, e para divulgar resultados positivos;
13. a introdução de um certificado ambiental para produtos esportivos, equipamentos, alimentos e bebidas deve ser analisada, com o objetivo de incentivar a compra de produtos que não agridam o meio ambiente (biodegradáveis, recicláveis, orgânicos, etc.)

#### *6.4. Seminários Regionais*

O COI organiza, anualmente, seminários regionais sobre o esporte e meio ambiente, com o objetivo de conscientizar, ainda mais, os membros do Movimento Olímpico sobre a importância da proteção do meio ambiente. Em 1997, foram realizados seminários em Bridgetown, Barbados, para os CON's da América Central e do Caribe, e em Ápia, Samoa, para os CON's da Oceania.

#### *6.5. Dia Nacional da Limpeza*

O COI incentiva os CON's a promover o "Dia Nacional da Limpeza" por ocasião do Dia Mundial do Meio Ambiente, 5 de julho, em parceria com as autoridades nacionais e locais, e junto com os escritórios regionais do PNUMA. Em anos anteriores diversas atividades tais como retirada de lixo, restauração e manutenção de áreas de recreação e de instalações esportivas foram realizadas em muitos países por atletas voluntários e pela população local.

#### *6.6. Cooperação com Outras Organizações*

O COI trabalha, em estreita cooperação com as Academias Olímpicas Nacionais, bem como suas comissões de coordenação e avaliação, e com a Federação Mundial da Indústria de Produtos Esportivos (WFSGI, em inglês), para promover projetos de proteção ambiental.

*6.7. Promoção de Atletas Nacionais e Internacionais como “Vozes Olímpicas” das Questões Ambientais*

Cada CON's é incentivado a identificar um atleta que poderia disseminar a mensagem sobre proteção ambiental e aumentar a conscientização entre os jovens que praticam esporte. O COI está cooperando com a Associação de Ex-Atletas Olímpicos neste sentido.

*6.8. Cooperação com a Mídia*

O COI trabalha junto com a mídia com o objetivo de conscientizar o público esportivo quanto às questões ambientais. A “Revista Olímpica” no canal de televisão Eurosport e todas as publicações do COI, como a “Olympic Review”, fornecem regularmente informações sobre esporte e meio ambiente.

# Vinculacion Entre Organizaciones Gubernamentales y No Gubernamentales en Relacion a Deporte y Medio Ambiente Lineamientos Para Comites Olimpicos Nacionales y Sus Gobiernos

**Willi Kaltschmitt Lujan**

*Membro da Comissão de Esporte  
e Meio Ambiente do COI*

A partir de la fecha en que el COI decidió incorporar en la Carta Olímpica el tema del Medio Ambiente como una de sus prioridades y de sus funciones, éste se convirtió en el tercer pilar de nuestro movimiento: “El COI velará porque los Juegos Olímpicos se desarrollen en condiciones que revelen una actitud responsable ante los problemas del Medio Ambiente y estimulará al Movimiento Olímpico a que se preocupe de estos problemas”, tenga en su cuenta esta preocupación en todas sus actividades y sensibilice a todas las personas relacionadas con el

Movimiento Olímpico sobre la importancia de un desarrollo sostenible. A primeira vista pareciera que este precepto se refiere más que todo a las condiciones y preocupación de que la realización de unos Juegos Olímpicos no vayan a alterar y que respeten el Medio Ambiente en el área geográfica en que van a desarrollarse lo cual es cierto. Sin embargo, el sentido más relevante de este punto de la Carta Olímpica es el siguiente: “estimulará al Movimiento Olímpico a que se preocupe de estos problemas” y lo más importante “tenga en cuenta esa preocupación en todas sus actividades y sensibilice a todas las personas relacionadas con el Movimiento Olímpico sobre la importancia del desarrollo sostenible”.

Nuestro Presidente, Juan Antonio Samaranch es aún más profundo y más claro cuando afirma “El deporte y el Medio Ambiente son dos grandes facetas en la vida que pueden ayudarnos a construir una sociedad pacífica, comprometida a preservar la tierra con un albergue sano y agradable para presente y futuras generaciones. El COI está resuelto a asegurar que el Medio Ambiente se convierta en la tercera dimensión del Olimpismo”.

Como podemos observar, nuestro Movimiento ha asumido una responsabilidad integral en relación al Medio Ambiente y nos obliga a sensibilizar a toda la familia olímpica, los Comites Olímpicos Nacionales (CON's), las federaciones internacionales, y las asociaciones continentales y regionales, pero con una finalidad que va más allá de nuestro movimiento, se trata de servir a la humanidad como un ente más educativo en la preservación del Medio Ambiente. En ese orden de ideas, el COI ha implementado diferentes iniciativas, como primer paso la firma en 1994 de un Acuerdo de Cooperación con el programa de las Naciones Unidas para el Medio Ambiente (PNUMA), seguidamente se forma la Comisión de Deporte y Medio Ambiente que se convierte y asume la responsabilidad de establecer políticas, lineamientos y planes de trabajo del movimiento olímpico en general en ese sector.

A partir de su formación, esta Comisión ha dirigido sus esfuerzos en esa ruta formulando una estrategia global que permita el acoplamiento poco a poco a este esfuerzo de todas las organizaciones deportivas relacionadas al Deporte en especial el Olímpico.

Entre las actividades realizadas por esta Comisión se cuentan la integración de expertos en Medio Ambiente en las Comisiones del COI de evaluación de sedes y de coordinación de Juegos Olímpicos. Se han organizado seminarios regionales en diferentes continentes, se han publicado diversos materiales educativos entre los que se cuenta el Manual de Deporte y Medio Ambiente que refleja los conceptos y temas concernientes a esta temática y el cual se ha convertido en una guía de mucha utilidad para toda la familia olímpica.

Miembros de la Comisión han sido invitados y han participado en foros mundiales sobre Deporte y Medio Ambiente. Todas estas actividades nos han enriquecido a la vez que nos han ido proporcionando los elementos necesarios y las directrices cuya implementación es vital y necesaria.

En la segunda conferencia realizada en Kuwait el año pasado de los resultados más importantes que se obtuvieron fue la elaboración y aprobación de una resolución que contiene una serie de criterios y recomendaciones, entre una de ellas y la cual considero de suma utilidad y que se relacionara al tema que me ocupa hoy, es el punto N<sup>o</sup>. 1 de la resolución que textualmente dice: Las organizaciones deportivas (incluye todos) deberán desarrollar acuerdos de colaboración con todos los sectores (públicos y privados) y grupos afines. Estos deben incluir grupos intergubernamentales, no gubernamentales, locales y comunitarios, los cuales pueden proveernos de valiosos conocimientos y expertaje.

Este punto nos proporciona a todos los Comités Olímpicos Nacionales el lineamiento que necesitamos para vincularnos y elaborar proyectos conjuntos entre nuestras organizaciones deportivas y otras organizaciones gubernamentales o no

gubernamentales, lógicamente relacionadas al Medio Ambiente. Desafortunadamente la mayoría de los CON's actualmente se han visto imposibilitados de implementar estas alianzas de vinculación, pues carecen de lineamientos concretos, la infraestructura necesaria y desconocen el potencial que un CON puede representar para el trabajo y las finalidades de estas organizaciones en el área del Medio Ambiente.

Quiero empezar entonces por establecer cuáles serían los lineamientos principales que un CON debe tener relativo al Medio Ambiente para iniciar dicha vinculación. Para empezar un CON debe modificar los estatutos o leyes que lo rigen, si en los mismos no se considera aún dentro de sus objetivos la protección al Medio Ambiente. La razón lógica es que la Carta Olímpica ya lo considera así, o sea es una modificación justificada para que los estatutos se ajusten a los cambios que sufre la Carta Olímpica.

Por qué es importante que se especifique claramente en los estatutos de los CON's lo concerniente al Medio Ambiente?

Primeiro se convierte en uno de sus objetivos y responsabilidades por ley, segundo permite la formación de una Comisión que será la responsable de implementar las políticas y planes del CON en ese sector y tercero permite presupuestar, invertir y captar con respaldo legal fondos para ese rubro.

### **La infraestructura**

Generalmente es muy difícil para un CON incursionar en otras áreas que no sean las deportivas específicas, si no se tiene una infraestructura de apoyo humano y técnico con reponsabilidad directa en el área que se desea incursionar. En el caso de el Medio

Ambiente, la infraestructura vital que un CON debe tener para desarrollar una labor proactiva es su propia Comisión del Medio Ambiente. Esta Comisión no necesariamente tiene que estar formada sólo por miembros del CON o sus entidades afili-

adas, por el contrario es recomendable que estas Comisiones se formen integrando a personas ajenas al Movimiento Olímpico, cuyo común denominador sea su vocación por la naturaleza y el Medio Ambiente pero cuyo expertaje sea diferente, como Mercadólogos, Agrónomos, Ingenieros Civiles, Publicistas y por supuesto personas calificadas o técnicos en el tema que nos ocupa y algo muy importante la inclusión de atletas o exatletas de reconocidos méritos en su país.

Este grupo debe complementarse con Miembros del Ejecutivo del CON de los cuales uno debe asumir la Presidencia, la cual siempre debe depender de su CON respectivo.

### **Potencial de un CON en el área del Medio Ambiente**

Voy a citar una frase de un compañero de nuestra Comisión, el señor Olav Mysholt que dice que el deporte es el Movimiento más grande de voluntarios en el mundo y que hay que ponerlo al servicio del Medio Ambiente y la Salud.

Esa clase de herramienta y ese potencial debe ser valorado por los CON's pues es un atractivo para cualquier organización gubernamental o no gubernamental. La infraestructura olímpica es única sus principios fundamentales son respetados y reconocidos en todo el globo terrestre. Los Juegos Olímpicos son el evento de mayor difusión en el mundo observado por millones de millones de seres humanos. Podemos entoces afirmar sin temor a equivocarnos que el Movimiento Olímpico es una ventana y una herramienta transmisora única de ideales formativos y los CON's forman una parte muy importante de ese movimiento.

Sabemos de antemano que uno de los enemigos más grandes que afronta el Medio Ambiente es la educación. Es imposible concebir mejoras y aspirar a tener un desarrollo sostenible sin educación ambiental, desafortunadamente la carencia de fondos económicos para implementar campañas educativas dirigidas

a sensibilizar a las poblaciones es el mayor obstáculo para lograr ese fin.

Es en este sector educativo es pues donde el movimiento olímpico tiene su campo de acción más valioso. Es necesario explotar este patrimonio natural para formar alianzas y llevar a cabo iniciativas conjuntas con organizaciones afines a esta causa. Para los CON's los eventos deportivos locales son una ventana única para transmitir mensajes educativos sobre el Medio Ambiente. Los atletas de alto nivel se convierten también en interlocutores muy válidos cuyos mensajes llegan con un grado de penetración de alta resonancia y convencimiento, en especial a la juventud.

Como podemos apreciar, los CON's tienen excelentes oportunidades de planificar y promocionar actividades, tienen mucho que aportar y mucho que recibir si se vinculan sus proyectos con otras organizaciones gubernamentales o no gubernamentales, pero es básico tener los lineamientos claros, la infraestructura y la vocación para implementarlos. El potencial ya existe.

La decisión de los Ministros del Medio Ambiente de Latinoamérica y El Caribe relativo al tema "Deporte y Medio Ambiente" aprobado en su XI Reunión en Lima del 10 al 13 de marzo, no solo es un reconocimiento a los esfuerzos del movimiento olímpico en ese campo si no también una excelente recomendación para que conjuntamente CON's Y Gobiernos centrales encuentren vehículos de cooperación conjuntos en favor del Medio Ambiente.

# Os Atletas e as Questões do Meio Ambiente

**Lars Schmidt Grael**

*Secretario Nacional do Esporte*

*Membro da Comissão de Esporte e*

*Meio Ambiente do Comitê Olímpico Brasileiro*

**Axel Schmidt Grael**

*Engenheiro Florestal*

*Secretário Estadual de Meio Ambiente/RJ*

## **Apresentação**

O presente trabalho tem por finalidade apresentar algumas reflexões sobre a contribuição do esporte e dos atletas para processo de transformação da sociedade rumo a uma nova realidade baseada nos conceitos da sustentabilidade. Esta meta passou a ser uma prioridade mundial após a Rio/92 - Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 1992, ocasião em que os principais Chefes de Estado aprovaram a Agenda 21. Trata-se de um documento de grande importância que expressa os compromissos de ação, seja a nível local, nacional e internacional, visando alcançar um novo modelo de desenvolvimento e de relações humanas capaz de harmonizar a permanência humana e a integridade de nosso planeta. Essas transformações somente serão possíveis com a participação ativa de todos os setores da Sociedade e

os atletas possuem um papel fundamental e precisam consolidar seu papel neste processo e partir para a ação.

### **Crise Ambiental, Sustentabilidade e Mudança de Paradigmas**

Há poucas décadas atrás o alerta dos ambientalistas alcançava pouca repercussão e parecia, para muitos, um mero alarme pessimista. Argumentava-se que os problemas que se delineavam poderiam ser facilmente resolvidos pelo rápido e fascinante desenvolvimento tecnológico. Hoje, compreende-se que a chamada crise ambiental é uma clara evidência. Os problemas estão próximos de nós: a poluição do mar, dos rios, do ar, o desmatamento e a extinção das espécies. O crescimento das cidades e os problemas de transporte, de abastecimento de água, energia e o saneamento. A escassez dos recursos naturais e o aumento de custos das matérias primas.

Estudos demonstram que muitos destes distúrbios ambientais já alcançam proporções globais, como é o caso dos problemas climáticos (efeito estufa e camada de ozônio), de alto potencial impactante à vida na Terra, e que só poderão ser solucionados com mudanças substanciais de comportamento e de relação com o meio ambiente.

Estes problemas são associados ao modelo atual de desenvolvimento e de comportamento da Sociedade, baseados no consumismo e no uso perdulário dos recursos naturais. O modelo alternativo a este começou a ser conceituado no processo de discussão internacional que resultou na Conferência Rio-92. Nesta ocasião foi consagrado o conceito do desenvolvimento sustentável definido como aquele capaz de atender às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem suas próprias necessidades. Afirmou-se também que este modelo teria que ser economicamente viável, socialmente equitativo e ecologicamente sustentável. A partir da Rio-92 a reflexão e conceituação teórica sobre este modelo vem evoluindo e

fala-se hoje em uma meta ainda mais audaciosa que vai além do Desenvolvimento Sustentável: a construção de uma Sociedade Sustentável. Uma Sociedade Sustentável pressupõe novas relações entre indivíduos e entre Nações baseados nos princípios da justiça social, da cooperação, da equidade intra e intergeracionais e de uma tecnologia de uso sustentável dos recursos naturais.

Passando do campo filosófico e da teoria para a prática como se processam estas mudanças? Inicialmente, há que se considerar que atualmente existem muito mais perguntas formuladas que respostas conclusivas. No entanto, uma coisa é certa: as mudanças, embora prementes, virão de forma gradativa e dependerão de ações e atitudes individuais e coletivas. Há que se começar por uma mudança de paradigmas e por um amplo processo de convencimento e de educação ambiental. É necessário que estas idéias alcancem o grande público e envolvam os principais tomadores de decisão como governantes, políticos, lideranças comunitárias, e outros atores sociais. As experiências inovadoras e as boas práticas precisam ser conhecidas, estimuladas e divulgadas.

### **O Atleta, Esporte e o Meio Ambiente**

O papel do atleta é de grande importância neste contexto. A imagem social do esporte e do atleta é associado à tecnologia, competência e à eficiência; ao vigor salutar e à beleza física; à perseverança e superação de limites; ao sentimento coletivo de nação e identidade cultural e principalmente ao sucesso. Por estas qualidades são admirados e fortemente exigidos pela Sociedade.

Este forte e poderoso simbolismo confere ao atleta um espaço privilegiado junto à mídia e uma capacidade notável de comunicação com a população. O desenvolvimento dos meios de comunicação faz com que os feitos esportivos, mesmo quando locais, alcancem grande repercussão até mesmo internacional, principalmente nos esportes mais populares. Assim, a adesão do atleta às causas sociais e o aproveitamento de sua credibilidade

e visibilidade social pode ser um fator decisivo no sucesso de iniciativas e difusão de experiências e conceitos potencialmente geradores de transformações.

### **O Movimento Olímpico e Estratégias para Mudanças**

Em 1972, ano em que se realizou em Estocolmo, Suécia, a primeira conferência internacional sobre meio ambiente, acontecia os Jogos Olímpicos de Munique. Nesta ocasião houve uma adaptação do lema olímpico “mens sana in corpore sano” (mente sã em corpo sã) para “certatio sano in natura sana” (competição sã em meio ambiente sã). Esta iniciativa já indicava o crescente comprometimento do Movimento Olímpico com a questão ambiental.

Em 1992, durante as XXV Olimpíadas em Barcelona, motivados pela Rio-92, e por iniciativa do Comitê Olímpico Internacional- COI, foi assinado pelas Federações Esportivas Internacionais e pelos Comitês Olímpicos Nacionais o “Pacto Pela Terra”, um compromisso de cooperação para que a “Terra se torne uma lugar seguro e habitável para as futuras gerações” (Comitê Olímpico Internacional, 1996). Em 1994, foi firmado um importante acordo de cooperação entre o COI e o PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente.

Tem sido produzido, ultimamente, várias iniciativas para debater e adotar conceitos e normas para aproximar e comprometer o Movimento Olímpico com estas tendências de transformação. Como conseqüência, o critério ambiental já é um dos mais importantes na seleção de cidades para sediar seus eventos e os resultados disso são notáveis. As Olimpíadas de Inverno de Lillehammer (Noruega) foram considerados os primeiros “Jogos Verdes”. Estas atitudes tem gerado reflexos nas demais organizações do Movimento Olímpico como é o caso do Comitê Olímpico Brasileiro que criou em 1997 sua Comissão de Meio Ambiente.

Mesmo esportes que não participam dos Jogos Olímpicos tem sido influenciados por este processo e como resultado pode se apontar a realização dos Jogos da natureza, que aconteceram em Foz do Iguaçu, em 1997.

### **Proposta de um Plano de Ação em Meio Ambiente para Velejadores**

O velejador é um aliado privilegiado da conservação ambiental pela própria característica da sua atividade. Uma das principais qualidades do bom velejador é sua capacidade de interpretar e antever os fenômenos naturais, em particular, os ventos, correntes, marés, ondas e etc. Sem esta percepção não se consegue navegar com segurança e com eficiência pois são estes fatores que impulsionam ou ajudam no deslocamento da embarcação.

Esta habilidade requer uma sensibilidade especial quanto às questões da natureza e, portanto, o velejador é um importante aliado na participação e promoção da conservação dos recursos naturais. Atualmente, várias competições de vela já adotam medidas que visam estimular práticas ambientalmente corretas e até mesmo punir atitudes como lançar lixo ao mar durante as regatas. Regras neste sentido foram implantadas em competições internacionais e logo adotadas no Brasil em alguns eventos como na Regata Oceânica Recife ao santuário ecológico de Fernando de Noronha, ou como no Campeonato Brasileiro da classe olímpica Tornado.

Em várias ocasiões os velejadores tiveram uma atuação destacada em campanhas ambientalistas. Dentre elas, vale destacar o movimento iniciado em 1980, quando um grupo de mais de cem velejadores iniciaram uma série de protestos contra a poluição da Baía de Guanabara, em Niterói, Estado do Rio de Janeiro. Foi uma iniciativa pioneira que contribuiu para que anos mais tarde, em 1994, fosse assinado o contrato para a execução do

Projeto de Despoluição da Baía de Guanabara - PDBG, orçado em mais de 800 milhões de dólares.

A Baía de Guanabara, cartão postal do Rio de Janeiro e berço do iatismo nacional, atingiu um índice de poluição insustentável, a ponto das principais competições esportivas da região ter se deslocado para outras áreas vizinhas como Búzios, Angra e Ilhabela. Temos certeza ainda, que o atual estágio de poluição da Baía de Guanabara e a lentidão de seu projeto de despoluição, contribuíram na desqualificação da candidatura da cidade do Rio de Janeiro para as Olimpíadas de 2004.

Para estimular uma participação ainda mais ativa dos velejadores esta em fase de publicação pelo Instituto Baía de Guanabara- IBG o “Manual do Navegante Ambientalista: procedimentos práticos de bordo para contribuir com a recuperação da Baía de Guanabara e sua Região”. Este manual que recebeu o aval da Federação Brasileira de Vela e Motor, visa a transformar o velejador num fiscal do meio-ambiente, dando-lhes orientação técnica e informando sobre os métodos de denúncia.

Outra forma de contribuição do esporte ao meio-ambiente foi implantada em Niterói-RJ pelo chamado Projeto Grael, projeto este que visa a massificar o esporte, dando acesso ao mundo da náutica às crianças carentes e alunos da rede pública de ensino. Neste projeto, as crianças recebem as noções básicas sobre Vela, Remo, Salvamento e Preservação Ambiental. Torna-se num projeto cujo objetivo é muito mais social que esportivo, mas que forma o caráter e a disciplina da criança, fornecendo-lhe uma cultura náutica e ambiental.

Na verdade, a comunidade esportiva pode e deve empenhar-se em realizar competições limpas e campanhas à favor da preservação ambiental. Temos que lembrar porém que diversos esportes também geram algum tipo de poluição. Poluição sonora, visual além dos resíduos resultantes das promoções esportivas podem ser reduzidos ou até mesmo eliminados.

Precisamos estudar junto à sub-comissões de esporte e meio-ambiente instaladas em cada Confederação Esportiva, analisar a

prática de cada esporte, sua viabilidade e meios de reduzir eventuais formas de poluição e degradação ambiental. Exemplo: nas corridas de fundo existem postos de distribuição de líquidos muitas vezes em copos plásticos. Copos estes que instante após são jogados ao chão gerando péssimo exemplo para a população. Neste caso, metros depois deveriam também existir postos de coleta em grandes cestas para os copos vazios. Ações como esta, demonstram a preocupação do esportista em manter limpo o meio ambiente onde praticam seu esporte e um grande exemplo para os jovens e admiradores do esporte.

Neste sentido, está direcionada a Comissão de Meio Ambiente do COB com a certeza que ainda terá um longo percurso a percorrer mas em busca de um resultado gratificante.

### Referências Bibliográficas

- Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Noosso Futuro Comum. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988.
- Comite Internacional Olímpico. "El Comite Internacional Olímpico y el Medio Ambiente". Oficina de información pública, Documento de Referência. Outubro de 1996.
- DREIFUSS, R. A. A Época das Perplexidades: mundialização, globalização e planetização - novos desafios. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- GOODLAND, R. et al. Environmentally Sustainable Economic Development: building on Brundtland. Paris: UNESCO, 1992.
- International Olympic Committee. Final Document. Centennial Olympic Congress - Congress of Unity. Paris: IOC, 1994.
- REDCLIFF, M. Sustainable Development: exploring the contradictions. New York, NY: Routledge, 1987.



# Environmental Education for Sport

**David Chernushenko**

*Presidente da Green & Gold Inc.*

*Membro da Comissão de Esporte e*

*Meio Ambiente do COI*

The topic of education and specifically environmental education is a sensitive one. And rightly so. As a general rule, sports people are not environmental experts and few have received any formal education on environmental topics. Nor have many sports officials or participants received any education or training on the relationship between sport and the environment. This is unfortunate, but not surprising. Most importantly, however, it is not too late to do something about it.

I will conveying my thoughts on environmental education for sports organizations, sports managers, event organizers, athletes and other members of the sport and recreation community. Specifically, I will try to address the questions:

1. Who needs environmental education?
2. What do they need to know?
3. Where can one find it?
4. How do you continue your education and spread it in your country, city or organization?

## 1. Who?

All of us in the sports community require at least a minimum of education and information on environmental issues with relevance to sport. This includes:

- a) Decision makers
  - the IOC and international sport federations.
  - National Olympic Committees and National Sports Organizations.
  - event organizers and bidders.
  - parks and recreation officials.
  - public and private facilities managers.
  - and students of physical education and sports management.

b) Athletes who must protect themselves from environment-related risk (i.e. air and water pollution) as well as act as advocates for better environmental practices within sport and by other sectors in society.

c) Sponsors and Donors who can support more sustainable sport through the materials, products and services they provide, as well as by funding environment-related projects.

## 2. What?

What are the key issues which all members of the sports community should know about?

- a) The impact of sport on the environment, through:
  - sports facilities construction and operation.
  - sports event preparation and organization.
  - sports activities on a community scale.

b) The impact of the environment on sport through health threats and limitations on our ability to practice certain sports in certain locations.

c) The positive role that sport can play for the environment, through better practices and technologies and by playing the role of advocates for better environmental behaviour.

d) Specific issues that are of greatest relevance to sport:

- Environmental Quality (i.e. air water and soil quality).
- Waste and materials management (purchasing, materials selection, recycling).
- Resource management (energy and water).
- Habitat protection and biodiversity preservation.
- Transportation.

### 3. Where Do You Go for Information?

Although this is a new field, and resources are only just being developed, there are nevertheless a number of sources of information.

a) Printed materials exist in various forms, for example:

The IOC *Manual on Sport and the Environment*, 1998.

*Environment and Sport*, edited by Lamartine DaCosta, University of Porto, IOC, 1997.

My own book *Greening Our Games*, 1996.

The European Golf Association's guide to environmental management of golf courses.

The Sydney 2000 Olympic Coordination Authority's publications on a number of aspects of their preparations and accomplishments.

Publications from Nagano and Lillehammer.

Articles in golf, sports turf and ski resort management magazines and in the Olympic Review.

Proceedings from conferences and seminars, including the IOC's World Conferences in Lausanne and Kuwait and several regional seminars.

b) Attending conferences and seminars on issues most relevant to your region or sport.

c) Searching the Internet and regularly visiting sites which provide specific information on sport and the environment, for example:

-The IOC homepage <http://www.olympic.org>

-The Salt Lake City home page <http://www.slc2002.org>

-Green Games Net <<http://www.delphi.ca>>

d) Environmental non-governmental organizations

e) Governmental agencies with responsibility for the environment and/or sport

#### **4. Spreading The World**

Educating yourself is of course the most important first step. Once you have set this process in motion, it is crucial that you find ways to help educate others. To help spread the word about sport and the environment, what can you do?

a) Keep on top of the issues

b) Organize seminars and workshops

c) Use journals, newsletters and the internet to spread information

d) Engage in a dialogue with the people and organizations you deal with regularly, and develop partnerships

e) Use the media to communicate your message and especially to communicate your successes!

#### **5. Conclusion**

In conclusion, I would like to relate a few short examples of interesting and successful environmental education initiatives in sport:

a) In 1994 Lillehammer did a great deal to educate primary school students, the public and the media through education kits and publications.

b) Sydney 2000 organizers have similarly worked to educate the public, but very importantly, they have also been working to educate professionals (architects, planners, developers, builders) sponsors and the local community.

c) The European Golf Association, through its Committed to Green Programme launched at the 1997 Ryder Cup in Spain, has developed environmental management guidance materials for golf course operators.

d) The Canada Games Council has developed bid evaluation criteria on environmental issues, as well as publishing a guidance kit for future Canada Games organizers.

Environmental education is really the starting point for action. But you need not wait to act if you only have a bit of information. You can start with what you have. The important thing is to keep learning, develop partnerships, share information and work towards continual environmental improvement. As someone say, every challenge is the seed of opportunity. You have an opportunity to create your own green team, and win gold!



# Educação Ambiental para o Esporte

**Davis Chernushenko**

De um modo geral os esportistas não são *experts* em meio ambiente ou receberam algum tipo de educação formal sobre questões ambientais. O mesmo pode ser estendido à questão da relação entre esporte e meio ambiente.

No entanto, toda a comunidade esportiva necessita de um mínimo de informação e educação sobre as questões do meio ambiente. Isto inclui os formuladores de decisões tais como: o COI e as federações esportivas nacionais e internacionais, os comitês olímpicos nacionais, organizadores de eventos, comitês de candidatura aos Jogos Olímpicos, administradores e funcionários de parques e locais de recreação, gerentes de instalações esportivas públicas e privadas, estudantes de educação física e gerentes esportivos. Inclui também os atletas em todos os níveis, e os patrocinadores.

Algumas questões são centrais no desenvolvimento de programas de informação e educação ambiental: a) o impacto do esporte sobre o meio ambiente pela organização, construção e operação de instalações e eventos esportivos; b) o impacto das condições do meio ambiente sobre o esporte; c) o papel positivo que o esporte pode desempenhar para o meio ambiente; d) outras questões tais como qualidade ambiental, gerenciamento de materiais e recursos, proteção da biodiversidade e transporte.

Para o desenvolvimento de programas de informação e educação ambiental sugerem-se algumas fontes de informação importantes para a atualização constante nas questões ambientais: a) livros e materiais impressos (The IOC Manual on Sport and the Environment, p. ex.); b) o comparecimento a conferências e seminários sobre o tema; c) o uso da internet através dos *sites* que oferecem regularmente informação específica sobre esporte e meio ambiente ([http://www.olympic.org/family/ioc/sports\\_and\\_environment](http://www.olympic.org/family/ioc/sports_and_environment), p. ex.); d) organizações ambientalistas não governamentais; e) agências governamentais com responsabilidade sobre o esporte e/ou o meio ambiente.

Neste processo, manter-se atualizado, desenvolver parcerias, compartilhar informações e estar sempre envidando esforços para melhoria das condições ambientais são pontos fundamentais. Como alguém já afirmou, o desafio é a semente da oportunidade.

# Olympism and Environment – An Overview

**Prof. Dr. Lamartine P. DaCosta**

*Academia Olímpica Brasileira*

*Universidade Gama Filho/PPGEF – Rio de Janeiro*

For most International Federations, National Olympic Committees and National Olympic Academies, I suppose, the word “environment” will represent a new responsible concern either as highlighted in the Centennial Olympic Congress (Paris, 1994) or by the recent inclusion of an eco-friendly recommendation in the Olympic Chart (Rule 2, paragraph 13 of 1996 version).

Most participants of the Olympic Family, too, will have heard of “sustainable development” as well as of the call for actions referred to this concept conducted by the International Olympic Committee – I.O.C. In fact, these sharing responsibilities have been putting forward for consideration since 1992 then becoming more visible among candidate cities in the Olympic Games bidding.

Fewer, however, will have heard of “Olympism” as the ultimate set of principles and values that goes beyond instrumental conceptions or actions developed by the Olympic community at large. Admittedly, the I.O.C. promotes

environmental issues addressed to educational procedures, but this desirable end-product is still lacking in a value judgment which typifies both educational processes and ethical claims.

In short, those green innovations are to be completely successful if they can be encapsulated by value commitments. It follows from this, then, that when education narrows its scope by giving priority to instrumentalism, it reduces the accumulation of culturally relevant knowledge (1). Not surprisingly, the “Manual on Sport and the Environment” published by the I.O.C. in 1997 proposed “three pillars” for giving support to Olympism: sport, culture and environment (pages 9 and 69).

For many researchers of Olympism, the apparent opposition between systematic thought and moral development was faced by Pierre de Coubertin during his creative efforts to have a worldwide Olympic Movement as early as 1897 (2). More specifically, this opposition could be again suggested in examining the above mentioned “Manual” which favors environmental policy and management instead of ethical values as the backdrop of natural resources protection. But current philosophical studies, otherwise, are identifying value building as a matter of experience added to life’s achievements when natural things are concerned (3). In other words, without practice the environmental values are of limited applicability in any cultural setting. So Holmes Rolston, who defines ecology as an “ethical science”, expresses symptomatically: “We found value holders defending their values and fitted into the larger narratives of life. Natural facts of this kind are storied doings (Latin: factum, a deed) with their value (Latin: valere, to be worth) integral to their having managed to happen. In such a story every achievement is to be viewed intrinsically and instrumentally” (4).

By these accounts, the aim of this position – paper is to address the issue of environment to Olympism, overviewing practical actions promoted by the I.O.C. From this analysis, meanings will be constructed to search out foundational requirements to add sustainability to Olympism. Here, the main

presupposition is that the Olympic Games are becoming a model of environment and sport interplay and under this condition the value of sustainability might be a central one for educational, ethical and environmental friendly purposes.

### **Ethics Into Action**

In the 100-year history of the modern Olympic Games, the idea and the institutions committed to them have been in jeopardy, attacked by nationalism, ignorance, commercialism and other excesses. Today, the Coubertins's legacy still strives for excellence in sport associated to fraternity, fair play, peace-bringing, education and other cardinal points of civility. Conversely, the Olympic institutions promote excellence but with hesitation and uncompromising efforts. Thus, moral values and pedagogy are in short supply contrasting to an ever-expanding Olympic Movement in worldwide scale. This gives to Coubertinian proposals a portray of contemplative ethics in oppositions to an active and pragmatic ideology assumed by most of his followers.

Indeed, the Olympic ambiguity of nowadays is mainly referred to a supposedly much needed mixture of idealism and pragmatic decision making (5). As the Olympic Movement remains attached to the success of the Games, the criticism of their deviations seem to go hand in hand. In fact, the future of the Olympic idea depends on the integrity of everyone involved as much as the skills required to balance innovations and traditions (6). The recent involvement with environmentalism put to the test the adaptability of the so-called Olympic family, having as a central protagonist the I.O.C., in view of keeping new compromises without losing essential principles.

In retrospect, the 1992 Winter games in Albertville had a negative environmental impact in their host prized alpine region: landslides, road building, deforestation, disruption of natural

habitat, permanent facilities without post-event use, non-recyclable waste, blighting of the countryside and other largely uncounted costs. As a result, the Albertville Games were the first ever to have their opening ceremony preceded by a local community's protest march on behalf of their natural surroundings and quality of life. Yet in 1992, the Council of Europe voted for a resolution favoring ecologically-concerned sports and condemning the repetitions of Albertville environmental abuses (7).

These rejections later on became milestones of the new quest usually coined "environmental friendly sport" which includes necessarily the greening of the Games. Moreover, the year 1992 was a seminal one both for sport and global environmental concerns: the Earth Summit (United Nations Conference on Environment and Development) was held in Rio de Janeiro as well as the then-President of I.O.C., Juan Antonio Samaranch, publicly recognized the priority of an environmental agenda for preservations of the Olympic heritage (8). Shortly after this declaration, the I.O.C. adopted the "sustained development" concept which is referred to as the desirable balance between expending and conserving natural resources at any level of organization of life on Earth (9).

### **The Call For Sustainability**

The sustained development proposal for the I.O.C. represented a link with the final declaration from the Earth Summit, subscribed by over one hundred countries. In other words the I.O.C. since that event has been in line with the global plan that aims at providing productive and healthy life in harmony with nature. This comprehensive blueprint for humanity — a set of objectives often named as "Agenda 21" — proposes first and foremost the "reduction and elimination of non-sustainable production and consumption patterns" (10). For

this guideline, since 1993 the elected sites for the Olympic Games became focuses to sustainability in conforming to specific recommendations issued by I.O.C. (11).

Actually, Lillehammer 1994 and Sydney 2000 showcased the Olympic Games with the green profile envisaged by I.O.C. Both cities coincided in calling upon a redefinition of sport management and facilities with contracts of sustainability. Lillehammer, prior to 1992, opened a process of negotiation after initial demonstrations and protest against the Games. Sydney followed the lead during the year 2000 Games bid, establishing previously partnerships with environmentalist movements.

In all, the experience of Lillehammer promoted environmental awareness and innovative techniques of environmental protection by practical examples. The planned Olympic games to take place in Sydney now has been adopting similar core principles developed in association with the Greenpeace Movement.

### **The Sustainability In The Games**

However, only in the bid for the 2004 Games the sustainability requirement were performed by all candidate-cities in spite of a still prevailing diversity of interpretations in fulfilling the I.O.C. criteria of eligibility. In this concern, Table 1 shows a brake-down analysis of the I.O.C. Evaluation Commission's assessment completed in 1997 for hosting the 2004 Games (12). Referred to theme no.4 of the evaluation system, namely "Environmental Protection", the planned scrutiny selected three perceived categories of approach as assumed by the eleven candidate-cities: overall, point-specific and preliminary engagement in the concept and technology of sustainability.

This reappraisal of the I.O.C. Evaluation Commission's fact-finding, also included central rationales followed by the candidate-cities as perceived in each item of the assessment

related to theme no.4 by means of successive comparisons. In other words, Table 1 transfers to a quantitative review the previous qualitative descriptions of the Evaluation Commission's methodology in order to identify status-trends instead of situational features. In this new meaningful arrangement the detected rationales are merely indications of modes of interpreting sustainability in the bidding process.

Summarizing, the analysis of Table 1 emphasized as a dominating approach the "broad actions and principles" found in nearly half of the facts chartered by the I.O.C. assessment.

To a lesser extent "point-specific interventions" encompassed ongoing environmental projects for 2004, if excluded the theme of "cooperation with NGOs" which presupposedly needs an a decentralized focus to be implemented. The "preliminary studies and initiatives" represented the bottom-line of the assessment what had been stressed by a major quantitative participation of waste, sewage and energy in this item of Table 1 assemblage. Conclusively, "environmental programme", "awareness programme" and "cooperation with NGOs" by their identified central rationales were likely to be supportive to "impact assessment" and the other four direct thematic involvement with sustainability of the Games: transportation, waste, sewage and energy.

Table 2 is also significant to review the 132 facts collected from the assessment, once the same three approaches to technical implementation of sustainability are now framed according to each candidate-city, including their classification as finalist or not during the 1997 process of selection. Again the overall actions and principles are confirmed in addition to define the best candidates' profile: Athens (the winner to host the 2004 Games), Cape Town, Rome and Stockholm, all of them with less point-specific or preliminary environmental engagements.

**TABLE 1**  
**BIDDING FOR THE OLYMPIC GAMES - 2004 (1997)**  
**ENVIRONMENTAL FACT-FINDING ASSESSMENT**  
**(n = 132)**

ITEMS	BROAD ACTIONS AND PRINCIPLES	POINT-SPECIFIC INTERVENTIONS	PRELIMINARY STUDIES AND INITIATIVES	CENTRAL RATIONALES
Impact Assessment	12	6	4	Minimal Damage
Environmental Programme	16	6	-	Integrated Management
Awareness Programme	6	5	-	Public Information
Cooperation with NGO's	8	10	4	Consultation Process
Transportation	10	8	4	Technology Development
Waste	3	2	6	Recycling and Re-use
Sewage	3	3	5	Water Save, Clean and Re-use
Energy	3	4	4	Minimization of Consumption
TOTAL	61	44	27	132
PERCENTAGE	46.2	33.3	20.04	100

**TABLE 2**  
**BIDDING FOR THE OLYMPIC GAMES - 2004 (1997)**  
**ENVIRONMENTAL FACT-FINDING ASSESSMENT**  
**(n = 132) CANDIDATE-CITIES APPROACHES**

CITIES	BROAD ACTIONS AND PRINCIPLES	POINT-SPECIFIC INTERVENTIONS	RELIMINARY STUDIES AND INITIATIVES	FINALISTS YES/NO
Athens	8	3	1	y
Buenos Aires	4	5	3	y
Cape Town	8	4	-	y
Istanbul	7	3	2	n
Lille	5	5	2	n
Rio de Janeiro	7	3	2	n
Rome	6	2	4	y
San Juan	4	4	4	n
Seville	3	7	2	n
Stockholm	7	3	2	y
St. Petersburg	2	5	5	n
TOTAL	61	44	27	132
PERCENTAGE	46,2	33,3	20,4	100

Buenos Aires, as also a finalist, remained as an exception for trusting in a already existing “corridor of eco-friendly facilities” from which the bidding proposal was adapted by specific interventions (13).

Actually, Tables 1 and 2 reviews delineate the importance given by the I.O.C. to social contract as a means of developing sustainability. This desirable mutual understanding between parties directly of indirectly involved in environmental achievements of candidate-city is even part of the assessment with 22 facts particularly chartered by the Evaluation Commission (14). Whether coincidental or not this contractual

wider context is encouraged by Agenda 21 (15) and also meets recent theoretical prospects for environment and sport mutual relations as quoted in Da Costa (1997):

(I) The contractual and normative solutions are to be expanded in coming years, perhaps jointly with new technologies.

(II) The proposition of sustained development ought to be prevailing up to the year 2002, when the global agreement issued on behalf of Rio de Janeiro Conference - 1992 shall be reviewed.

(III) The pragmatism as a basis to find solutions to environment and sport conflicting relations shall continue until the on-going experiences in this area permit to establish theoretical foundations to an environmentalistic ethics (16).

Therefore, at least for the bidding to host the Olympic Games, the I.O.C. has been more idealistic than pragmatic when following the Agenda 21 recommendations. This role does not correspond to the tradition of ambiguity shown by the Olympic Movement, once the I.O.C. is advocating and promoting a new ethics for the Olympic Games.

The underlying issue of this proactive positioning of I.O.C. is that ecological contract associated to eco-efficiency is playing a major role in the bidding process. In effect, the Evaluation Commission for the 2004 Games declared explicitly its overall criterion: "the best conditions for the best athletes of the world in environmentally friendly venues" (17). Such ethically-based innovation took only five years to be consolidate in terms of Olympic bid, accounting the reference year of 1992 for the adoption of sustained development proposal as well as Agenda 21 recommendations.

Here the indispensable comparison to be made either analytical or explanatory is with the long-standing discussion on amateurism which persisted in Olympic family for almost one century. Or even on women participation and on the gigantism of the Games, both subsisting since the 1910s. In a

more directly assumption, the unusual response from I.O.C. to the environmentalism quest proved the capacity-building of the Olympic Movement when exposed to external pressures, but it did not disprove the so often recognized attribute of the lack of strength for solving internal controversies.

### **Towards a Sustained Olympism**

In our present context, the consequences of the short term and successful adherence to sustainability may be identified in two explanatory positions. The first, manageable by the Olympic family, is referred to redefinition of sport and Olympism similarly to all other walks of life in the upcoming sustainable world. The second, less tractable, links the Olympic Movement to the global meaning of environmental protection. So far, at present days both positions have been recurring from conceptions to normative statements.

Unlike well established traditions of progress and development, environmentalism has been seeking for balanced proportions in all life's expectations. This should be particularly true to modern sport and the Olympic Games, both emerged from the idea of progress so influential in last century's social changes (18). But, despite the recent ecology-oriented advances, the Olympic family is far from the environmental responsibility either as a "key tenet" of the Olympic Movement or as a "fundamental principle" of the Olympic Charter, in conformity with the 1994 Centennial Olympic Congress recommendations.

When environmental trials are acknowledged by Olympic institutions traditional paradoxes of Olympism reappear. Because ever upward is the Olympic creed — that is *citius, altius, fortius* — the ecological awareness of recent Olympic Games experiences have enlightened the excess of sport as much as revisited its necessary limits. This interpretation has support on Coubertin's memoirs from the beginning of this century; once "sport moves towards

excesses...that is the core of the problem but at the same time it is its nobility and even its poetic charm" (19).

With less exaltation, the paradox of "bigger is better, smaller is perfect" related to contemporary sport may be reshaped in an ecological argument. Actually, the increasing participation in sport availed by intensive use of technology, either in leisure or in top sport practices, is not being followed by ecologically-responsible limits. Conversely, mass participation and even some top level athletes are becoming driving forces of environmentally correct sport in reason of closer contact with nature. Though in these cases a balance between healthy practices and unhealthy impacts seems to be difficult to establish, sport for all — another Coubertin's legacy — should be allowed to continue to increase up to a point that will lead to a level of impact.

The key to resolving the paradox, then, is answering the question "how much participation increase and technology are too much?". Here lies the fundamentals to build a concept of "sustainable sport". Again, this dependable redefinition should disregard the antagonist role eventually played by sports embedded in natural sites. Given such a resource-oriented view for establishing limits on sport's unacceptable impacts it is obvious that this framework must be augmented by the consideration of human values. Despite the reservations about Olympism concept itself, concerns on the sustainability required by sport can be made with regard to that set of ideals and moral values.

The judgment of a desired Olympism rooted in environmental principles can be appropriately made in the Olympic Charter context in which "Olympism is a philosophy of life, exalting and combining in a balanced whole the qualities of body, will and mind" (20). Should the "balanced whole" be scrutinized by and ecological mind-set, the interpretation would naturally refer to sustainability. Similarly, the goals of Olympism as proposed by the Charter, fit quite well in the Olympic family's adaptations to environmental guidelines here previously

described. Thus, if “Olympism seeks to create a way of life based on the joy in effort, the educational value of good example and respect for universal fundamental ethical principles”, then the I.O.C. with its sustainable compromise, in addition to Olympic Games sites’ new ecological approaches, are in line with both Olympism and environmentalism. Therefore, for the modification of Olympic Charter as mentioned beforehand, a suitable suggestion is to introduce the expression “balanced and sustainable whole” in the present definition of Olympism.

Nevertheless, these recommendations are ineffective in terms of seeking a binding definition of Olympism or given more clarification to its philosophy (21). Notwithstanding, similar limitations are detected in environmentalism, which is still searching deeper knowledge content and actual philosophical foundations. In this sense, the advances identified in the issue of ecology is explained by the social contract approach assumed by individuals, groups and institutions dealing in urgency with widely spread environmental threats (22). The agreements of partnership are typifying most of the environmental relationships, including the reported examples of Lillehammer and Sydney.

As far as this contractual solution may link social actors and institutional bodies in local, national and international levels, the I.O.C. is entitled to raise its global responsibilities in terms of environmental protection.

The meaning of this trend, in practical terms, is to ensure the implementation of agreed and planned actions by those parties by a prerequisite that acknowledges the agreements’ true value by normatization. In 2004 bid only Istanbul, Stockholm and Rome candidatures early in 1997 declared their ongoing compliance with the norm I.S.O. 14.000. However, this international standartization for environmental requirements should be an aim of the Olympic bidding process because the adoption of codes of practice enables and deepens the professional contribution of the scientific and technological community.

Indeed, the normatization as the core of scientific and technological contributions to environmental protection is highlighted by Agenda 21 (23), besides giving content to accountability, the final and necessary step to environmental assessment. Notwithstanding, one of the most influential improvements towards accountability is the assessment of Agenda 21 itself in reason of the global benefits expected.

The first round of this long-term evaluation occurred at the beginning of 1997 in Rio de Janeiro, the reference city for environmental issues until the next Earth Summit in the year 2002. For the Olympic Movement concerns, the preliminary follow-up revealed a concentration of failures in global dimensions and an increase of successful achievements at local level or due to sectorial interventions (24). This outcome reaffirms the positive value of Olympic Games showcases as well as suggests a challenge to be faced by the Olympic Games bid: full compliance of codes of practice and ethical guidelines. Should this challenge be also valid for the Olympic Movement's future, in view of its historical origin and evolution?

### Notes and References

- (1) See Bruner, J., "The Culture of Education", Harvard University Press, 1996, pp. 13-43.
- (2) The opposition here referred was described by Coubertin himself as reviewed by DaCosta, L.P., "Olympism and the Equilibrium of Man", Congrès du Havre, Le Havre-France, 1997.
- (3) Da Costa, L.P., "O Olhar e o Pensar Ambientalista" in Soares, A. (ed.) "Ecologia e Literatura", Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, 1992, pp. 35-39.
- (4) Rolston, H., "Philosophy Gone Wild – Environmental Ethics", Prometheus Book, New York, page 133.

- (5) Da Costa, L. P., "The Central Problems of Olympism in the Face of the Constraints of Commercialization", I.O.A., Report of 32nd Session, July 1992, Ancient Olympia, pp. 77-84.
- (6) Ibidem, p.78.
- (7) Da Costa L. P., "Environment and Sport", University of Porto-Portugal, pp. 57-76.
- (8) Ibidem, p. 66.
- (9) See Pound, R.W., "The I.O.C. and The Environment", Olympic Message, no. 35, March 1993, p. 14.
- (10) United Nations, "The Rio Declaration on Environment and Development", Rio de Janeiro, 1992.
- (11) Pound, R.W., op. cit., pp.14-21.
- (12) International Olympic Committee — "Report of the I.O.C. Evaluation Commission for the Games of the XXVIII Olympiad in 2004", Thomas Bach (Chairman), Lausanne, 20 th January 1997.
- (13) See in Sabbattini, R., "Candidate-Cities Round Table - Buenos Aires", Olympic Studies Forum, Rio de Janeiro, 7 th August 1997.
- (14) The Theme no. 4 of the "Report" from the Evaluation Commission, as published in 1997, has 165 facts described in a matrix with 15 items of assessment related to 11 candidate-cities. Besides 132 facts analyzed in Tables 1 and 2, there are 22 referred to endorsement by government agencies and to guarantees from competent authorities. Also eleven "other projects" fact-finding descriptions were not included in the present re-evaluation. The theme no. 4 matrix is located in pages 106-113 of the "Report".
- (15) "Agenda 21 - The Earth Summit Strategy to Save our Planet", Sitarz, D. (editor), Earth Press, Boulder - Colorado, 1994, pp. 263-283.

- (16) Da Costa, L., "Sport and Nature: Global Trends and New Meanings" *in* Da Costa, L. (ed.) "Environment and Sport", University of Porto - Portugal, 1997, pages 59-60.
- (17) International Olympic Committee - op. cit., p. 8.
- (18) See, for instance, Da Costa, L. P., "Olympism and the Equilibrium of Man", *Congres du Havre 1897-1997*, Comite International Pierre de Coubertin - Universite du Havre - September 1997, pp. 6-7.
- (19) Quoted in Muller, N., "One Hundred Years of Olympic Congresses 1894-1994", I.O.C., Lausanne, 1994, p. 81.
- (20) I.O.C., "Olympic Charter", no. 2 of "Fundamental Principles" in force as from 5th September 1994.
- (21) See for the lack of consensus on Olympic principles and definitions Lucas, J.A., "Future of the Olympic Games", *Human Kinetics, Champaign - USA 1992*, pp. 14-15.
- (22) For the discussion on social contract in environment issues see DaCosta, L.P., "The Green Dream: the Olympic Movement and the Environment", *National Olympic Academy of Singapore Seminar, Singapore, 1997*.
- (23) Agenda 21, op. cit., pp. 281-282.
- (24) Da Costa, L. P., "The Olympic Movement Today and the Environment Protection", I.O.A., 37th Session, July 1997, *Ancient Olympia*, pp. 3-6.



# Olimpismo e Meio Ambiente - Uma Revisão

**Prof. Dr. Lamartine P. DaCosta**

As recentes iniciativas da família olímpica quanto à proteção ambiental no âmbito esportivo pouco se ativeram ao Olimpismo, este conjunto de valores que tipificam o Movimento Olímpico do ponto de vista ético e educacional. Em resumo, propõe-se que a renovação “verde” promovida pelo COI seja complementada por compromissos em torno de valores. A dificuldade, no caso, já enfrentada antes por Coubertin refere-se a oposição entre pensamento sistemático e desenvolvimento moral. A partir daí pode-se avaliar o “Manual de Esporte Meio Ambiente” publicado pelo COI, embora seja reduzida a experiência prática neste tema em face dos reclamos éticos do ambientalismo.

A presente contribuição elegeu o exame da sustentabilidade atualmente promovida pelo COI na avaliação das cidades candidatas para apreciar na prática as recomendações ético-teóricas advindas da proteção ambiental. Assim sendo, foram selecionados 132 ‘fatos’ descritos pela Comissão de Avaliação das cidades candidatas a sediar os Jogos Olímpicos de 2004. Numa primeira abordagem comparativa tais ‘fatos’ mostraram-se genéricos em mais da metade das avaliações, superando intervenções específicas das cidades candidatas, tais como controle de

lixo, esgoto e energia. Numa segunda abordagem (tabela 2), verificou-se que as cidades candidatas se ordenaram na classificação do julgamento de acordo com um mais elevado envolvimento com intervenções específicas, o que demonstra ser a seleção da cidade sede diretamente dependente de ações ambientais concretas.

Em conclusão, recomenda-se que a chamada “filosofia” do Olimpismo incorporou o valor da sustentabilidade, uma proposta apenas sugerida pelo manual do COI anteriormente mencionado, uma vez que na prática isto já estaria ocorrendo dado o grande impacto dos Jogos Olímpicos nos fundamentos do Olimpismo e do Movimento Olímpico. Nestas circunstâncias, sugere-se modificar a Carta Olímpica alterando-se o “todo harmônico” da definição de Olimpismo por “um todo sustentável e harmônico” ao se referir às qualidades de “corpo, vontade e mente”.

3



Esporte e  
Meio Ambiente:  
Realizando os  
Preceitos na Prática



# Event Organization and Facilities Planning in Relation to the Environment: Some Important Principles and Key Issues - Sydney 2000

**Simon Balderstone**

*Membro da Comissão de Esporte e*

*Meio Ambiente do COI*

*Gerente Geral do Escritório Executivo do Comitê*

*Organizador dos Jogos Olímpicos de Sydney*

Sport is a major human activity. It is a major human physical activity. It has an inter-dependence with nature, the ecological processes surrounding us, the environment, the quality of these processes and environments.

Redefining the environment, my parameters are:

- the natural, physical environment
- air, water
- biological and ecological processes.

There is increasing awareness that the health and safety of people involved in sport and recreation, their opportunities to

perform at their best and for their continued access to the natural environment, are dependent on the health and protection of the environment. Sports people are dependent on the natural environment, which is very logical when we think about it.

From other way around, the impact of sport on environment, there is an increasing understanding that it is not just a matter of sports and recreation activities being organised in a way, and facilities being developed or used in a way, which minimizes and avoids damage to the environment.

So event organization and facilities planning has to also be done, be built, be used, in a way which maximizes the environment and community benefits and leaves environmental legacies. This basically means moving from being “in the red” - negative environmentally - counting the environmental losses, if you like, to being in the black - going into profit environmentally.

In as much as sports is, as I said, another widespread and/or popular human activity, it has a general impact on the environment. This leads to a series of issues which we must deal with.

- Land use - alternatives? better uses? appropriate site?
- Water use - protection of those eco-systems.
- Transport
- Health and Safety
- Energy Conservation
- Pollution - air quality
- Resource and Waste Management
- Protection of Heritage

These are generic problems or issues. Generic to all human activity. The practical effects of sport activities in regard to any of those are increased, or decreased depending on our methods, policies, attitudes and ways of organizing, or participating in events and sports activities, or developing or using facilities. Like in any environmental matter, we have to think globally and act

locally. So many millions playing sport, using facilities, buying equipment (more on that later) improvising to find facilities, equipments...

That the effect of those activities around the world is the total of millions of tiny effects. These tiny effects join up, join up again, and again, to eventually complete a picture of environmental effect worldwide. So avoiding, minimizing adverse affects locally helps do the same, on a grander scale, globally. Same with environmental legacies and benefits. So there are generic effects, environmental effects; we must minimize the bad ones, maximize the good ones.

There are also some specific, key issues, I want to touch on:

The Kuwait Conference encouraged the sports industry to adopt environmental standards for the sourcing and manufacture of goods, equipment, and food and drinks to develop sustainable practices and recyclable products, and to communicate positive results. And on related issues, this Conference discussed about environmental certification for sports goods, equipment and food and drinks, and how that is done to encourage the purchase of environmentally preferable products. By environmentally preferable, I mean biodegradable, recyclable, organic, etc.

Not only do Sports Organizations, industries and participants have a responsibility to organize events and conduct themselves in an environmentally responsible way, but I think we also have to recognize that along with the power and influence of the IOC and the Olympic Movement, there is a more basic, grassroots, demonstrably more powerful influence at work. The athletes, for example. They used to perform role models, setting examples and even teaching and educating. Millions watch, consider, copy what they do and do as they say. Thus, these role models can encourage corporations, communities, governments and individuals.

According to the Kuwait Conference (resolution 2):

“Environmental awareness, practices and concern among athletes and sports participants should be

encouraged and (where it exists) harnessed to increase public awareness; encourage better behaviour and promote better practices”.

With the so-called commercialism of sport, and the connected profile of sports stars, this is a great opportunity to sell the proper messages, one of these can be on the environment. The sheer size, profile, influence, structure of the Olympic Movement, and its main manifestation, the Olympic Games, is a great opportunity for influence and education as well. Let me remind you what the Olympic Charter states on its Fundamental Principles: “the educational value of good example”.

Join athletes to that! They can influence matters and change ways. The Organizing Committees can too. For example the Sydney Organizing Committee for the Olympic Games (SOCOG) has influenced way some companies (sponsors, suppliers, licensees) do things because we have guidelines, preferences, policies and clauses in contracts. All gets back to a debate on impact - issues are about impact - impact of sport on environment, and environment on sport and gets back to another fact.

There is, as said, a natural partnership by/with Sport and Environment based upon the ideas of physical well-being of humans and the protection of the biological processes which allow us to reach physical goals, stay healthy, play sport, recreate. So out of all that emerges many key issues, many key decisions. Those issues must be addressed, and the decisions made, within some key principles. The so-called “The four P’s”.

They are coming from the premise that we have to minimize environmental impact from our organizing and facilities, and maximize the legacies, the environmental improvements.

## 1. Parameters

1.1. Organising Committes and facility planners (and sports good).

1.2. how much do they want to do?

1.3. what cost-differential, if any (some environment measures save money, eg; energy conservation) will be tolerated.

**2. Principles; Policies; Positions** (3 in one)

2.1. within the parameters, what is going to be done, how it is going to be done.

**3. Performance** - the operations

3.1. doing what was decided, promised - making sure it occurs.

**4. Proof**

4.1. showing it was done, it can be done - important as encouragement, as legacy, as support for stakeholders.

There has to be a management principle of integration. Not have a “separated” environment unit or program. The environment has to be considered across the organizing, planning or building organizations. But, it’s quite important to remember that we can’t force people to do things by having a “green police”. We need to educate, work with, join in, integrate. In a similar vein, we have to have consultation or communication from start to finish with experts, with environmental movement and with people with alternative ideas.

And those two principles - integration/consultation - have to be included in a key environmental principle, “the cradle to grave” principle, whereby the environmental issues and considerations are taken into account from start to finish, from cradle to grave - in keeping with ecological “lifecycle” principle, and principle of environmental practice for manufacturers - from raw material, through manufacture, use (reuse) and disposal (recyclability, etc).

So “cradle to grave” - from first stages of planning - planning of structure, venues, operations, the tendering criteria,

clauses in contracts, right through design and building (if needed), adapting buildings, operations, services, waste management links with sponsors, licensees, etc. (changing their ways), to cleaning up, rehabilitation (this might be as in case of Sydney at other end - preparing for venues), legacies, after-use, etc - right through maintenance, cradle to grave processes, bring it all in. It is vital.

And finally, as an overall aim, or principle, we must, as I said, strive to go beyond the point of minimizing adverse environmental effects, to the point of maximizing positive effects, legacies through rehabilitation, new practices, attitude changes, lifestyle changes. That has to be a guiding principle.

# **Organização de Eventos e Planejamento de Instalações em Relação ao Meio Ambiente: Alguns Princípios Importantes e Questões Chave - Sydney 2000**

**Simon Balderstone**

Como uma das principais atividades humanas, o esporte está em constante interdependência com o meio ambiente. A consciência de que a segurança, a saúde e desempenho do esportista está intimamente relacionada à 'saúde' e a proteção do meio ambiente é cada vez maior. Por outro lado também é cada vez mais amplo o entendimento sobre a responsabilidade que recai sobre os eventos esportivos e recreativos em evitar ou minimizar os danos causados ao meio ambiente.

Assim, a responsabilidade de organizadores de eventos esportivos em relação ao meio ambiente está em, ao mesmo tempo, maximizar os benefícios comunitários e ambientais resultantes da prática esportiva, minimizar os danos e impactos ambientais, e procurar transformar positivamente o meio am-

biente. Os efeitos concretos da atividade esportiva em relação à maximização, minimização ou transformação do ambiente existente dependem do estabelecimento de: a) parâmetros; b) princípios e políticas; c) performance das operações; d) divulgação das realizações.

Alguns 'atores' do Movimento Olímpico devem ser considerados. Os atletas com seu potencial de influência sobre as pessoas e mesmo organizações, em função de seu destaque na mídia, desempenham um papel de modelos de comportamento que pode ser aproveitado para divulgar e encorajar comportamentos ambientalmente corretos, principalmente no cenário privilegiado dos Jogos Olímpicos. Também a indústria de produtos e instalações esportivas deve ser encorajada a produzir de acordo com padrões de preservação ambiental, utilizando sempre que possível materiais recicláveis e processos e produtos que colaborem para o desenvolvimento sustentável.

Mas, acima de tudo, deve haver um princípio de gerência integrada. A questão ambiental deve ser considerada de maneira transversal a todas as etapas do processo de planejamento, organização e realização de eventos esportivos. Este princípio de gerência integrada também significa uma comunicação do princípio ao fim com a comunidade potencialmente atingida e com organizações do movimento do meio ambiente.

Estes princípios de integração e consulta devem estar articulados ao princípio ambiental básico do 'ciclo vital', 'do berço ao túmulo' (*cradle to grave*). Este é o princípio básico que deve estar presente em todas as fases do projeto. Nos primeiros estágios de planejamento (de estruturas, instalações, operações), nos critérios de seleção, nas cláusulas de contratos. No projeto, construção e adaptação de prédios e instalações, nas operações, serviços, na limpeza e na gerência de dejetos. Na reabilitação de áreas degradadas e no planejamento do pós-uso. No trato com patrocinadores e licenciados.

Por fim, todo este esforço deve ser no sentido de ir além do ponto de minimizar os efeitos negativos ao meio ambiente para

atingir ao ponto de maximizar os efeitos positivos, através do legado da reabilitação de áreas degradadas, de novas práticas, de mudanças de atitudes, de mudanças de estilos de vida. Este deve ser o princípio mais importante.



# Olympic Games - a Showcase of Environment Policy

How the Olympic Games can project ecologically sustainable solutions into the 21st century?

**Olav Myrholt**

*Conselheiro para o Meio Ambiente do COI e Membro da Comissão de Esporte e Meio Ambiente do COI*

It is perhaps unnecessary to say that the Olympic Games is a showcase for the host city and the host nation. In a limited sense it is the shop window of a nation, where only the very best is exposed. But it's more than things and show, it is an opportunity for the nation to project its best image to the world. The Olympic Games is a manifestation of the nation's values and capabilities.

There is competition of attention, however, and the success of the Olympic Games as an environmental showcase depends clearly how well an environmental ethics is rooted. Numerous companies launch their newest products at the time of the opening of the Olympic Games each two year. There are competing perspectives and values at play when the decisions over the Olympic Games are made. Environment is not the prime reason for hosting the

Games, it's sport and all that goes with it. What we want to do it to integrate environment into sport also.

From a purely environment activist point of view, the Olympic Games may act as a crowbar or vehicle for environment improvement. But the success of this approach is ultimately dependent on the resonance of environmental value arguments in the organizing committee, government, among sponsors and in the sports community.

It's easy to be overwhelmed by such a huge project as the Olympics, and easy to lose belief in the possibility of making the sports events also a showcase for environment policy. But scientists, politicians and the environment organizations and idealists have something to learn from sports: enthusiasm, teamwork, and collective spirit. Moreover, practicing for sports can be very systematic and thorough in planning, training and ultimately in performance. Even individual efforts and successes on the arena are a result of teamwork, professional backing and the best opportunities. Sometimes those best opportunities do not exist, and we can see some of the most popular sports heroes being those who manage to rise from unfavourable conditions and spearheading social efforts in their communities. Sport is very close to the heart, and this goes for the spectators also.

My first tentative conclusion is therefore that for good environmental practices to come to the fore of the Olympic project, and for that matter in the world of sports as such, the spirit of teamwork and consensus building is a necessity.

Environmental goals and objectives are clearly needed to succeed. Scientists can help with this, they are the experts. Therefore their contribution is a guarantor of the quality of the work put into the environmental showcase. But experts are sometimes not the best social implementor. In fact, experts are, like politicians frequently not trusted.

Surprisingly, perhaps, people put a lot of trust into the views and actions of the environmental non-government organizations,

even if they might not give their full vote and membership. Non-government organizations therefore have a disproportionately large share of power compared to their membership and at times quite narrow focus. As we have seen with several Olympic Games now, they are also frequently the carriers of the message that comes out of the host city.

Now, this environmental shop window of the Olympic Games are filling up with actors: To hammer out relevant environment goals and successfully implementing them a cooperation between sometimes adversarial actors are needed. Essentially, and this is my second tentative conclusion, a partnership between the organizers, environmental scientists and non-governmental organizations is needed.

A showcase full of ideas is one thing, quite another is to create that extra pull together that provides funds and resources to realize the environment programme. In the case of the Olympic Games, both government and the private sector, like sponsors and suppliers, are quite happy to support good proposals. A positive marketing strategy can in fact attract funding from surprising sources and create otherwise sponsorship deals.

The attractiveness of sponsorship increases by adding environmental value. I have heard from reliable sources that the Atlanta Games missed out on 20 million USD in sponsorship revenue, because their marketing strategy failed to encompass environmental value. Now, environment thinking in the business world tends to come across somewhat differently from the rest of the team. Business thinking can be superb in the way of economizing with resources, create alternative processes and seek simpler, cheaper and more environment-friendly solutions. If not necessarily the rule, there is at least the potential.

Environment funding in a sports context, if not perhaps for core funding, at least for projects can be successfully packaged and delivered through cooperation between government and the private sector, with the non-government organizations at the table. Basically, what this process is all about is to create

stakeholders out of previous outsiders and involve them strongly in partnerships for the environment. And this is my third tentative conclusion; for a successful financing of the environmental showcase it is necessary to create and involve stakeholders in environment projects and develop added value out of sponsorship.

I do not want to leave out the government. Despite the diminishing role of governments world over, we need government and governance more than ever in the field of environment. One thing is the legislative power and environmental policing that unfortunately is becoming ever more important to maintain our natural environment and quality of life. The other is government's position as a political and administrative focal point.

Environmental innovation in business and industry has shown a tendency of speeding ahead of legislation, leaving the role of the proactive to the private sector. A redefinition of the role of government in this aspect is perhaps what we have seen here in Curitiba, where government obviously has taken on a more pro-active stance in environmental matters. I also imagine that the environmental thinking here is strongly linked to social equity issues, job creation and improved quality of life as such. The government is in a position to create a positive attitude towards environmental improvement like no other societal body. Likewise, and this is my fourth tentative conclusion, for the Olympic Games, the host government has to create a platform for environmental improvement that goes beyond its traditional approach.

Given that the Olympic Games is such a time-limited affair, it should be acknowledged that what can be achieved is limited. When the dust settles on the Olympic host city things do in fact by and large return to normal. But the showcase, the shop window's exhibition of values, achievements and image would suffer tremendously if things went back to normal. It would perhaps even backfire.

Earlier I mentioned goals and objectives, visions and concrete ideas for the environmental showcase. In an Olympic planning perspective the room for policy development and legislative changes is probably not great and certainly not the easiest way to go about building an environmental showcase. More productive is the creation of projects and pilot programs. In fact, the project approach is potentially the most effective way of paving the way for policy changes. Through a system of funding packages which I proposed earlier, the government authorities can also become a strong partner while remaining in line with its legislative role.

As in any good food recipe, both the selection and the way the project ingredients are put together determines the outcome. Thus, the selection of the various projects and the management of them calls for an environmental management system in the Olympic organizing committee, with links to government sectors and other partners. My fifth tentative conclusion is that environmental success in the Olympic Games hinges on good and systematic environmental management.

I am painfully aware that I haven't been very concrete. But I will try now. The selection of the elements of the environmental showcase has to be determined by the host city and nation. The International Olympic Committee has given some leads, some of them I have touched upon already. In the bidding phase the cities have to commit themselves to special attention to respect for the natural environment, creation of environmental awareness in the population and ensure that national and international legislation and treaties on the environment are adhered to. Moreover, the IOC encourages host cities to go beyond any minimum requirements and to explore the maximum environmental potential of city and host nation.

In focus, therefore, is the environmental legacy of the Olympic Games in the host city: What will remain afterwards? Given the short time available, I can just try to rattle off a few areas that are very important, but no by any means exhaustive:

- Landscape and ecology
- Awareness and capacity building
- Resource consumption and waste
- Production and labor
- Environmental health and sanitation
- Energy and transportation.

The concrete projects that can be derived from these are many, and equally applicable for developing and more developed countries and regions. And if you look closer, they are all potentially linked to sports. As a sixth tentative conclusion, this project selection approach is important: All have local as well as global aspects and all could tie nicely into an honest effort at creating an environmental showcase that puts people first.

The role of the International Olympic Committee in creating a showcase for environment policy is perhaps more limited than what you'd like to hear. Contrary to all rumors, the IOC is not the world environment police. The IOC can be a facilitator, which is perhaps our job here today. For the creation of an environment programme in the Olympic Games we can function as a start-up engine, and in the process we may also act as a friendly controller, making sure that the host city is sticking to its promises. Interestingly, the IOC might have a stick, but the carrot is missing, really. My guess is therefore that there is a strong ethical drive in the greening efforts of the Olympic movement that renders the carrot unnecessary.

The Olympic movement's educational role is probably the most important, and we will use our influence inside the Olympic movement, especially vis-a-vis the national Olympic committees and the sports federations. While not becoming an environmental organization, the International Olympic Committee at least tries to contribute towards the movement's participation in the improvement of the global and local environment, in areas where we have responsibility. In the process we see that the sports movement, perhaps

unsuspectingly, is slowly becoming a catalyst for improving the environment. As the world's largest volunteer movement, nothing could be more welcome.

Let me then towards the end stress some points. Experience has shown that greening efforts generally, has been possible through internalizing some of the values of sport: shared visions, cooperation and pooling of money and resources. In other word, sports already has an added advantage in working for environmental and social betterment.

A key to the green success stories in the Olympic Games are the development or mutual respect and understanding of the different stakeholders' roles. This forms a basis for a constructive atmosphere and intense cooperation. A successful showcase for environment policy depends on full integration of environmental aspects in the running of the games. Projects, plans and activities that have a closeness to people are the ones most likely to succeed and create a lasting positive environment legacy from the Olympic Games in the host city.

I would like to add, as a strong reminder, that it doesn't take an Olympic Games to start an environment project, and that what I have said here are equally valid for other events and sports activities, albeit perhaps a little less ambitious. First, we do our in-house job wherever we are, then we will see that we have automatically embarked on the larger collective effort to safeguard our global environment.



# Jogos Olímpicos - Um Exemplo de Política Ambiental

Como os Jogos Olímpicos podem projetar soluções ecologicamente sustentáveis para o século XXI?

**Olav Myrholt**

Os Jogos Olímpicos são uma vitrine da cidade sede e do país em que se realizam os Jogos, onde apenas o que há de melhor é exposto. Mais do que produtos e shows, é uma oportunidade para a nação projetar sua melhor imagem para o mundo. Os Jogos Olímpicos são uma manifestação do valor e da capacidade de uma nação. Contudo, existem perspectivas contrastantes e valores em jogo quando as decisões a respeito dos Jogos são tomadas. Uma vez que a razão primeira da existência dos Jogos é o esporte, o que se tem por objetivo é integrar a questão ambiental ao esporte.

Para isto antes de mais nada, cientistas, políticos e organizações ambientalistas tem que aprender a trabalhar em equipe e com espírito coletivo como no esporte. Assim, para que boas práticas ambientais venham à frente de um projeto olímpico, o trabalho em equipe e a construção de consensos são necessários. Neste sentido, para a elaboração de objetivos ambientais e

sua implementação, é necessária a cooperação de todos os atores envolvidos. Essencialmente, uma parceria entre o comitê organizador, organizações não governamentais e a comunidade científica.

Um outro ponto importante é a existência de fundos suficientes para a realização do programa ambiental proposto para os Jogos. Uma estratégia de marketing que propicie um valor agregado em função da causa ambiental ao patrocínio apresentado pode ajudar a criar e envolver patrocinadores não só com os Jogos como também com programas ambientais específicos.

A participação governamental também é muito importante. O governo, mais do que qualquer outra instituição social, está em condições de criar uma atitude positiva em relação a melhoria da questão ambiental, não só através da criação de uma legislação pertinente como também através da educação. Do mesmo modo, no que se refere aos Jogos Olímpicos, cabe ao governo criar uma plataforma ambiental que vá além da abordagem tradicional.

Todavia, dado limite temporal dos Jogos, uma política de desenvolvimento e mudanças legislativas não são o caminho mais fácil para a transformação dos Jogos em um programa ambiental exemplar. Ao invés, a criação de programas piloto parece ser a melhor alternativa. Na realidade, o sucesso de programas ambientais conexos aos Jogos depende do gerenciamento ambiental sistemático de diversos projetos em coordenação dos diversos parceiros, inclusive governo e iniciativa privada.

Comitê Olímpico Internacional tem encorajado as cidades sede dos Jogos a irem sempre além do mínimo proposto, explorando todo o potencial do projeto ambiental. Neste sentido, um dos pontos mais importante é o do legado ambiental dos jogos pra cidade sede e para o país, dando especial destaque para: a) cenário e ecologia; b) conscientização e capacidade de realização; c) consumo de recursos e desperdício; d) produção e trabalho; e) saúde ambiental e sanitária; f) energia e transporte.

O papel do COI na criação de um exemplo de política ambiental é talvez mais limitado do que se imagine. O COI não

é uma polícia ambiental mundial. Ele pode ser um facilitador, estimulando o surgimento de projetos na área ambiental e procurando, ao mesmo tempo, garantir o cumprimento dos compromissos da cidade sede. O papel educacional do Movimento Olímpico é talvez mais importante. É importante lembrar que o Comitê Olímpico Internacional não é uma organização ambiental que tenta contribuir para a melhoria do meio ambiente local e global, em áreas de sua responsabilidade.

A experiência tem mostrado que os esforços ecológicos tem sido possíveis através da internalização de certos valores do esporte: cooperação, objetivos comuns e cooperação para a obtenção de dinheiro e outros recursos. As chaves para o sucesso de iniciativas ambientais nos Jogos Olímpicos são o desenvolvimento do respeito mútuo e do entendimento. Isto forma a base para uma atmosfera construtiva e de intensa cooperação. Um exemplo bem sucedido de política ambiental depende da integração total de todos os aspectos ambientais no desenvolvimento dos Jogos, embora seja importante lembrar que os Jogos Olímpicos não devem ser o início de um projeto ambiental. Projetos, planos e atividades que tem uma ligação mais próxima com as pessoas são os mais prováveis de serem bem sucedidos e de criarem um legado ambiental duradouro dos Jogos Olímpicos para a cidade sede.



# Jogos Mundiais da Natureza: da Costa Oeste do Paraná para o Mundo

Oswaldo Luiz Magalhães dos Santos  
*Governo do Estado do Paraná*

## Introdução

Em um cenário de rios, corredeiras, parques e paisagens deslumbrantes, 800 atletas dos cinco continentes participaram da primeira edição dos Jogos Mundiais da Natureza (JMN), realizado de 27 de setembro a 05 de outubro de 1997, em toda extensão da costa oeste do Estado do Paraná, no Sul do Brasil. Sem estádios ou pistas construídas, os Jogos Mundiais da Natureza valeram-se dos 1.400 km de orla formada pelo Lago da Represa de Itaipu, a maior hidrelétrica do planeta. Um ponto geograficamente adequado para receber no futuro a mais completa estrutura residencial, hoteleira e turística.

Como sede dos Jogos Mundiais da Natureza (JMN), a costa oeste paranaense colocou toda a diversidade dos seus cenários a serviço do mais espetacular desafio dos esportes de aventura: a superação dos limites do homem, colocado frente à frente com a natureza. *“A grande competição foi entre os limites do corpo e os desafios da natureza”*, afirmou o gover-

nador do Estado do Paraná, Jaime Lerner, idealizador do evento esportivo.

Atletas do mundo todo, selecionados através dos seus melhores resultados e colocações competiram em 13 modalidades que tiveram como característica principal a aventura e a comunhão com a natureza em esportes do **ar** - *Balonismo e Pára-quedaismo (sky surf)*; da **água** - *Pesca, Canoagem (slalon e travessia), Rafting (slalon e resgate) e Vela (laser e hobbie-cat 16)*; e da **terra** - *Ciclismo (mountain bike), Escalada, Golfe, Hipismo (enduro eqüestre), Orientação com Arco e Triathlon*. As provas tiveram um caráter épico: o importante não era vencer e sim superar os limites e as capacidades humanas.

A união deste cenário único com o alto nível dos atletas participantes, aliados ao sucesso de sua organização, alçaram os Jogos Mundiais da Natureza ao calendário do Comitê Olímpico Internacional - COI. A partir desta inclusão os JMN, renovam-se a cada quatro anos, mas ao contrário de seus similares, não cumprem trajetória itinerante. Por merecimento serão sempre realizados na costa oeste do Paraná, nas mesmas margens do Lago de Itaipu e nas proximidades das mundialmente famosas Cataratas do Iguaçu.

Os Jogos Mundiais da Natureza fazem parte do Projeto Costa Oeste, que enfatiza o ecoturismo e o turismo esportivo. O Governo do Estado escolheu a região como sede dos Jogos para que ali seja fomentada a criação de um dos mais importantes pólos turísticos do país. *“Os 11 municípios lindeiros ao Lago de Itaipu - Foz do Iguaçu, Santa Helena, Marechal Cândido Rondon, Entre Rios, Itaipulândia, São Miguel do Iguaçu, Santa Terezinha, Guaíra, Missal, Pato Bragado e Porto Mendes - reúnem todas as condições para que isso aconteça”*, afirmou o governador.

## Pessoal

Na organização, cerca de 5.000 pessoas, entre elas 2.000 voluntários, estiveram envolvidas em todas as fases de execução

dos Jogos. O Comitê Organizador contou com a consultoria do grupo responsável pelos Jogos Olímpicos de Barcelona na fase inicial do projeto que começou em 1995. Uma das primeiras preocupações do Comitê foi registrar a competição mundialmente, garantindo assim a exclusividade do projeto.

### **Estrutura**

Para participar dos Jogos, foram convidados mais de 800 atletas selecionados de acordo com o ranking mundial, representando 55 países. Os hotéis da região ficaram lotados. Para hospedar os atletas e todos os convidados para o evento, estiveram disponíveis 11 hotéis em Foz do Iguaçu e outros 15 na região. Foram 20 mil leitos postos a disposição das pessoas que estavam participando da realização dos Jogos. O Comitê Organizador preparou também cinco locais para acampamento com 550 barracas. Nos locais, havia ainda toda uma infra-estrutura que garantiu conforto aos participantes.

### **Alimentação**

Uma das maiores preocupações do Comitê foi com a alimentação dos participantes e de toda equipe de apoio técnico. Foram cerca de 5.000 pessoas credenciadas, entre atletas e técnicos responsáveis pela realização dos Jogos, que receberam alimentação balanceada, desenvolvida por nutricionistas. De acordo com a coordenação de operações dos Jogos, foram servidos 18 mil cafés da manhã, 22 mil almoços e 18,5 mil jantares.

A alimentação dos atletas esteve garantida através de postos de abastecimentos organizados pelo Comitê dos Jogos, equipados com 11,1 mil bolsas de alimentos. Os postos, montados próximos aos locais das provas, distribuíram 71 mil garrafas de água mineral, além de frutas, sucos naturais, bebidas isotônicas, tabletes de cereais e pequenos sacos de gelo.

## Saúde

Cerca de 600 profissionais formaram a equipe de atendimento médico. Além dos médicos, enfermeiros e pessoal de apoio, 13 hospitais ficaram à disposição dos atletas e visitantes durante os dias de competições. “*Esses Jogos apresentam um risco maior do que as competições regulares de cada modalidade. Por isso, o cuidado com a segurança dos atletas foi redobrado*”, afirmou o secretário de Estado do Esporte e Turismo, Osvaldo Luiz Magalhães dos Santos. Para acionar o socorro imediato em qualquer local de provas, cerca 500 rádios de comunicação estavam espalhados em locais estratégicos. Durante o andamento das provas, 12 Unidades de Tratamento Intensivo (UTIs), dois helicópteros e um avião estiveram preparados para atender qualquer caso de emergência.

Além dos 13 hospitais, a estrutura dos JMN contou com seis ambulatórios especialmente montados na região para o evento, aproveitando a estrutura das bases de apoio. De plantão também estavam hospitais em Cascavel, Foz do Iguaçu e Curitiba, a capital do Estado.

A equipe de médicos e paramédicos recebeu treinamento especial para agir da forma mais adequada durante a realização dos Jogos. O treinamento foi dividido em duas etapas: ‘*Advanced Trauma Life Support*’ e ‘*Técnicas de Imobilização e Remoção*’. O projeto de atendimento médico foi viabilizado pela iniciativa privada e os remédios e os equipamentos necessários foram fornecidos pela Secretaria de Saúde do Estado do Paraná.

## Segurança

A segurança 24 horas por dia, durante os dez dias de competição foi coordenada por um ‘Conselho Unificado’ que comandava um grupo formado por 1,2 mil homens e um grande número de motocicletas, automóveis, cavalos, barcos e unidades volantes de policiamento de toda a região. Trabalharam para a

segurança dos Jogos cerca de 600 policiais militares, 150 policiais civis, 140 homens da Polícia Federal e 70 seguranças particulares. Também estiveram participando efetivos do Exército, Marinha, Corpo de Bombeiros, Polícia Rodoviária Estadual, Guarda Municipal de Foz do Iguaçu, Polícia Florestal e Guarda Municipal de Guaíra, além de técnicos da Receita Federal.

### **Informação**

Uma equipe de 17 jornalistas atuou na divulgação de notícias e atendimento aos mais de 300 profissionais de comunicação presentes ao evento. Um grande centro de imprensa foi montado em Foz do Iguaçu, além de diversos sub-centros espalhados pela costa oeste. Foram distribuídos dois mil *releases* para 327 veículos de comunicação no Brasil e no exterior, além de 8 mil consultas na Internet.

Um time de 73 profissionais foi responsável pela TV Oficial dos Jogos, responsável por boletins diários que correram o mundo através de um acordo operacional com a Reuters International. Cerca de 850 veículos de 80 países puderam apreciar momentos memoráveis tais como as provas de *Sky Surf*, nas quais as imagens produzidas pelo *camera flyer* fazem parte da pontuação.

### **Esportes e Natureza**

AR:

O balonismo coloriu os céus da costa oeste durante os dias de competição. As provas que eram para ser realizadas em sete etapas, devido às chuvas e ao forte vento, foram realizadas em três. *“São todos esportes ligados à natureza e as condições que ela impõe também fazem parte dos Jogos”*, afirmou o Governador Jaime Lerner. Participaram da competição 30 balões com dois tripulantes cada um, tendo como objetivo atingir um alvo pré-determinado.

O *Sky Surf*, esporte que alia queda livre em grande velocidade e manobras radicais, foi uma das mais emocionantes provas dos Jogos Mundiais da Natureza. A bordo de um avião King Air 90, os pára-quedistas saltaram de uma altitude de 13 mil pés (4.000 m). Cada dupla realizou 10 saltos, três de manobras obrigatórias e sete saltos livres. Nos três primeiros saltos foram pontuados o maior número de evoluções. Já nos saltos livres foram julgados a criatividade, o grau de dificuldade e as inovações registradas pelo *camera flyer*.

#### ÁGUA:

Os esportes da água foram quatro: Vela, Rafting, Canoagem Travessia e Canoagem Slalon.

A vela esteve presente nos JMN através das categorias laser e hobbie-cat 16, barco com duas velas, uma espécie de catamarã de alta velocidade para duas pessoas. Na classe hobbie-cat havia 20 barcos inscritos. Na classe laser foram 30 barcos olímpicos de apenas um tripulante. Os 70 atletas competindo no Lago de Itaipu velejaram cerca de oito horas por etapa.

No Rafting a competição aconteceu em duas etapas: 1) descida e habilidade e 2) descida slalon e resgate. Na prova de descida, quatro botes com no máximo seis atletas cada, divididos em baterias, largaram da Ilha de San Martin (lado argentino das Cataratas do Iguaçu), percorrendo cerca de 1.500 metros de corredeiras até o lado brasileiro com classificação por ordem de chegada. Na prova de habilidade cada bote com até seis atletas largou individualmente, passando por portas, realizando tarefas como virar e desvirar o bote ou resgatando pessoas com cordas.

A canoagem foi disputada de maneira diferente dos Jogos Olímpicos. Nos Jogos Mundiais da Natureza a disputa aconteceu na modalidade travessia, com os competidores remando contra a correnteza do Lago de Itaipu durante seis dias, em uma espécie de *enduro*. A canoagem travessia teve a participação de 70 competidores divididos nas categorias K1 (caiaque para um

participante) e K2 (caiaque para dois participantes). A canoagem também teve a modalidade slalon, disputada nas Cataratas do Iguazu, com o percurso de 1.500 metros de corredeiras. No slalon participaram 85 barcos entre canoas e caiaques divididos em quatro categorias: simples, duplas, masculina e feminina.

A Pesca, que é um esporte muito popular no Brasil, mas não de forma competitiva, também teve sua vez nos Jogos Mundiais da Natureza. A pontuação dos pescadores foi dada conforme a espécie e peso dos peixes. Um detalhe interessante é que os peixes tinham que ser devolvidos vivos ao rio.

#### TERRA:

As modalidades de terra são as mais conhecidas do público. A Escalada foi apenas esporte de demonstração nesta edição mas já está incluída entre as modalidades oficiais para os Jogos de 2001. O objetivo é escalar as paredes das Cataratas do Iguazu.

Hipismo, a exemplo da Canoagem, também foi realizado na forma de *enduro*, os cavaleiros percorrendo 45 km em cada uma das seis etapas. Foi uma competição de resistência em terreno natural, sem obstáculos artificialmente preparados, exigindo dos participantes grande habilidade física e perfeita sintonia entre o atleta e o seu cavalo.

No Arco e Flecha a disputa aconteceu na forma de orientação. Antes das provas os participantes recebiam um mapa e uma bússola, tendo que percorrer trajetos pré-determinados acertando os alvos com as flechas. O preparo físico, a concentração e a capacidade de orientar-se em matas fechadas foram testadas em todas as etapas da competição.

Ciclismo foi disputado na categoria *Mountain Bike* ao longo da costa oeste do Paraná. A competição foi dividida em seis etapas onde os ciclistas chegavam a percorrer cerca de 50km diários. Considerada uma das provas mais difíceis dos Jogos, o ciclismo foi também caracterizado pelo altíssimo nível dos competidores.

O golfe contou com 120 atletas profissionais em uma competição de 72 buracos. As provas, que aconteceram no Iguassu

Golf & Resort, reuniram às mais belas paisagens da região a graça, a habilidade física e a precisão dos atletas. A competição valeu pontos para o ranking do 'South American Tour'.

O Triathlon, com 60 participantes, seguiu basicamente as regras determinadas pela União Internacional de Triathlon, mas exigiu um maior esforço e resistência dos atletas porque a distância percorrida era maior. Foram 1,6km de natação, 48km de ciclismo e 12km de corrida.

### **Classificação**

A Alemanha ganhou a competição dos 1º Jogos Mundiais da Natureza, com três medalhas de ouro, conquistadas no Rafting e na Canoagem (masculino e feminino). O Brasil foi o vice-campeão, com duas medalhas de ouro, duas de prata e cinco de bronze. Foi o país que mais ganhou medalhas (9). As duas de ouro foram no balonismo e na pesca. Os Estados Unidos garantiam o terceiro lugar, com duas medalhas de ouro e duas de prata.

A medalha de ouro definiu a colocação dos países nos Jogos. Assim, embora a França tenha sido o segundo país com maior número de medalhas (6), ficou em quinto lugar porque obteve apenas uma medalha de ouro (quadro 1).

Contudo, a natureza foi o melhor prêmio para os atletas participantes dos Jogos. Eles não se cansavam de admirar a beleza das Cataratas do Iguaçu e do Lago de Itaipu que reservou outras belas imagens.

**QUADRO 1**  
**QUADRO DE MEDALHAS DOS JOGOS**  
**MUNDIAIS DA NATUREZA**

ESPORTE	Ouro	Prata	Bronze
BALONISMO	Brasil	Espanha	Suíça
PÁRA-QUEDISMO	Suíça	Suíça	Brasil
TRAVESSIA K1	Grã-Bretanha	R. Sul Africana	Brasil
TRAVESSIA K2	R. Sul Africana	Hungria	Espanha
RAFTING	Alemanha	Eslovênia	Brasil
SL (FEM) K1	Alemanha	França	França
SL (MASC) K1	Alemanha	França	Itália
SL (MASC) C1	Croácia	Eslovênia	França
SL (MASC) C2	Polônia	França	Canadá
PESCA	Brasil	Brasil	Brasil
HOBBIE CAT 16	Estados Unidos	Austrália	R. Sul Africana
LASER	Nova Zelândia	Suécia	Finlândia
ORIENTAÇÃO C/ ARCO	França	Estados Unidos	Holanda
CICLISMO	Dinamarca	Canadá	Noruega
HIPISMO	Estados Unidos	Brasil	Bélgica
TRIATLON MASC.	Austrália	Canadá	Brasil
TRIATLON FEM.	Argentina	Estados Unidos	Canadá
GOLFE	Austrália	Argentina	Canadá



Rua Manoel Vitorino, 553 - Piedade  
Rio de Janeiro, RJ - CEP 20740-280  
Tel.: 2599 7187 - Fax: 25997240  
[editora@ugf.br](mailto:editora@ugf.br)